DOM JOAQUIM JOSÉ VIEIRA

SEGUNDO BISPO DO CEARÁ

ASPECTOS DA SUA VIDA

Mons. JOSÉ QUINDERÉ

INTRODUÇÃO

A entrevista que concedi ao jornalista Hugo Vítor, a respeito de Dom Joaquim, para ser publicada em "O Povo", diário que circula em Fortaleza, dada de surpresa, sem nenhuma preparação prévia e, por isto, cheia de falhas e imperfeições, como tudo o que se faz às pressas, despertou em mim o propósito de dar aos leitores um trabalho mais ou menos perfeito, de maneira a criar-lhes no espírito uma justa ideia da personalidade do grande prelado que foi Dom Joaquim José Vieira, segundo bispo desta diocese.

Este insigne varão nasceu na cidade de Itapetininga, aos 17 de Janeiro do ano de 1836, tendo falecido em Campinas, a 8 de Julho de 1917, depois de haver dirigido, por quase seis lustros, os destinos espirituais do então bispado do Ceará. Dom Joaquim não era natural de Campinas, como se pensava: foi vigário desta paróquia e, depois que dela se afastou, por injunções políticas, fixou ali a sua residência para

se dedicar à construção da Santa Casa de Misericórdia, que a sua caridade idealizou, obra concretizada num grande hospital cujas proporções e linhas arquitectónicas ainda hoje lhe dão destacado lugar entre os melhores do Estado de São Paulo.

INCIDENTE COM O IMPERADOR

Foi nesse hospital, em construção, que se deu o famoso encontro do padre Vieirinha, como lhe chamavam, com D. Pedro II. O Imperador notou a ausência do impulsionador daquela obra magnífica e rara, naquele tempo. Não faltou quem se apressasse em ir avisar ao padre Vieira a estranheza do Monarca.

O humilde sacerdote, já na presença do chefe da Nação, declarou que, de propósito, fugira às homenagens que lhe eram prestadas, porque a ele, padre católico, repugnava apertar a mão de quem assinara decretos de prisão contra dois bispos brasileiros — D. Frei Vital Maria Gonçalves e D. António de Macedo Costa, respectivamente bispos de Olinda e de Belém do Pará. Estes dois intrépidos confessores da fé foram envolvidos num iniquo processo civil e, depois, condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, pelo suposto crime de haverem expurgado das irmandades religiosas das suas dioceses os maçons que dela faziam parte. Essa pena foi comutada em prisão simples. Recolhidos às fortalezas de São João e Santa Cruz, ali permaneceram apenas dois anos, pois a 17 de Setembro de 1875 foram amnistiados, na vigência do Gabinete a que presidiu o egrégio Duque de Caxias.

No Império, a Igreja era unida ao Estado, e este, por direito de padroado, podia interferir nos negócios eclesiásticos. Este acontecimento, que constituiu uma nódoa indelével na túnica da Monarquia, tomou o nome de "Questão Religiosa", facto inédito na história, que agitou a alma católica e a consciência de todo o país.

No incidente entre o padre Vieira e D. Pedro, houve uma coisa notável: o Imperador não perdeu a serenidade. Voltando à Corte, conferiu ao sacerdote em quem viu encarnadas a coragem e a dignidade, virtudes que forjam os heróis e os mártires, o título de Conselheiro da Coroa, honra que só era concedida aos bispos diocesanos, e, vaga a diocese do Ceará, pela ascensão de D. Luís à sede primacial da Baía, indicou à Santa Sé, para preenchimento da mesma, o nome daquele sacerdote, no qual descobriu, num rápido lance de vista, todas as qualidades para a elevada investidura de pastor de almas. E não se iludiu o magnânimo Imperador: D. Joaquim foi um bispo à altura da dignidade de que se investira e do prestígio do episcopado de sua época.

E' de notar-se e de justiça proclamar-se, para honra da sua imorredoura memória, que o Imperador nunca errou na escolha dos nomes que indicava à Santa Sé para a plenitude sacerdotal, tendo, por isto, dado ao Brasil um episcopado dos mais notáveis do mundo cristão. Sabe-se ainda, por tradição, que, nos primeiros anos da República, sacerdotes que ocuparam, com brilho invulgar, as mais importantes sedes episcopais do país, na Monarquia nunca seriam indicados para o elevado posto, não porque lhes faltassem méritos, mas pelo rigor de selecção com que o Imperador agia na escolha dos bispos.

E, a propósito da prudente intransigência do Imperador, nesse particular, conta-se um episódio interessante, que revela nítidamente a sua preocupação em colocar a escolha dos bispos acima das suas afeições pessoais. Certa tarde, pára uma carruagem no portão do jardim do paço imperial. A Princesa, que por ali passeava, apressa-se no empenho de abrir a portinhola do carro. Ao reconhecer, porém, no passageiro a pessoa do Internúncio Apostólico, embaixador do Vaticano, recua, balbuciando: pensei que fosse o monsenhor...

Quem merecia tão singular deferência da futura imperatriz do Brasil era, além de capelão da Corte, Vigário Geral do Rio de Janeiro e director do Colégio Pedro II.

E, no entanto, apesar de títulos tão recomendáveis, só foi bispo no regime republicano, e o foi com tal esplendor pelo saber, virtudes e notáveis qualidades de homem de governo e de sociedade, que dele se afirmava: "parece que a autoridade foi feita para encarnar-se na sua pessoa".

NA PLENITUDE DO SACERDÓCIO

Esboçando, em traços ligeiros, a figura inconfundível de Dom Joaquim, não intento escrever-lhe a biografia. Tomo para mim e aplico ao caso o que li algures: para se falar de um grande homem, ou basta um só pensamento, ou não bastam alentados discursos. Nem ouso resumir num só pensamento, nem se ajusta nas estreitezas das páginas de uma monografia a vida desse eminente eclesiástico, glória autêntica do clero brasileiro.

O empenho que me conduz neste trabalho é o de fixar alguns instantâneos da vida do preclaro Antístite, apanhados no período áureo de sua actuação como palinuro dos destinos espirituais da nossa terra, factos que falam da sua energia, da sua magnanimidade e da delicadeza dos seus sentimentos.

O nome do então padre Vieira foi apresentado à Santa Sé, para bispo do Ceará, pelo decreto imperial de 3 de Fevereiro de 1883 e, preconizado pelo imortal Pontífice Leão XIII, foi sagrado a 9 de Dezembro do mesmo ano. A cerimónia da sua sagração realizou-se na matriz de Campinas, sendo oficiante o bispo de São Paulo, Dom Lino Adeodato Rodrigues de Carvalho, cearense, natural da cidade de Russas, que teve por auxiliares os reverendíssimos padres doutores Francisco de Paula Rodrigues e João Jacinto Gonçalves Andrade. Estiveram presentes à solenidade, como paraninfos, o Barão de Guarajá, presidente da Província, e o Conselheiro Rodrigues Júnior, Ministro da Guerra, uma gloriosa tradição dos homens de valor do Ceará.

POSSE E ADMINISTRAÇÃO

Dom Joaquim tomou posse da diocese a 29 de Novembro, antes mesmo de sagrar-se, por intermédio do Governador do Bispado, Monsenhor Hipólito Gomes Brasil, mas as funções do cargo ele assumiu, realmente, a 24 de Fevereiro do ano seguinte, no mesmo dia em que aportou às plagas cearenses.

Dom Joaquim foi um perfeito continuador da obra maravilhosa do primeiro bispo, D. Luís Antônio dos Santos, que desbravou o caminho e preparou o campo para o cultivo da vinha do Senhor.

Tudo assim preparado, o nosso Semeador saiu a semear. E foram tão longas as suas viagens pelo interior da vasta diocese que se contam por centenas as léguas vencidas e tão penosas á sua pessoa afeita a clima frio que, às vezes, por não suportar o incómodo que lhe causava a montaria, palmilhou o arisco das nossas estradas, sob os raios de um sol inclemente.

SINODO DIOCESANO

Depois de conhecer todos os recantos mais recuados da diocese e sentir de perto as necessidades do rebanho, que fora confiado à sua solicitude, resolveu elaborar um código de leis eclesiásticas que servisse de norma à sua administração, ao exercício do paroquiato e aos demais misteres da vida sacerdotal, pois as Constituições do Arcebispado da Baía, por que se regiam as dioceses do Norte, estavam obsoletas em grande parte dos seus artigos.

Com essa finalidade, convocou o clero para um Sinodo diocesano, o que se verificou a 31 de Janeiro de 1888. Três dias durou essa memorável assembleia, tendo S. Excia. a satisfação de sancionar e promulgar as Disposições Sinodais do Ceará, um perfeito código de leis eclesiásticas, pela sua organização, dentro dos mais rígidos princípios canó-

nicos e tão ajustado aos mesmos que mereceu os maiores elogios de todo o episcopado e da Cúria Romana, também.

Aqui é oportuno referir o grau de cultura de Dom Joaquim. Talvez não fosse ele um luminar; era, porém, dotado de rara inteligência aplicada a coisas práticas, reais, objectivas, aliada a um admirável bom senso.

Era um estudioso. Já provecto em idade, quando tive a ventura de gozar de sua intimidade, muitas vezes o surpreendi às voltas com questões de português, compulsando os tratados de Cândido de Figueiredo, de quem era grande apreciador. As suas luminosas pastorais, escritas em puro vernáculo, nas quais versava assuntos diversos de doutrina e de disciplina eclesiástica, revelam-lhe a grande sabedoria, o tacto de um consumado mestre na exposição das suas ideias.

QUESTÃO DO JUAZEIRO

Foi na famosa questão de Juazeiro que mais avultou a pessoa veneranda de Dom Joaquim, em sabedoria, fortaleza de ânimo e inquebrantável energia. Naquela cidade, então pequenino lugarejo plantado na zona do Cariri, uma pobre moça, mui devotada aos exercícios espirituais, mas certamente presa de qualquer psicose, toda vez que comungava, logo apresentava a sagrada hóstia transformada em sangue. O padre Cícero, capelão na localidade, um varão probo e culto, mas profundamente místico, logo acreditou que aquilo seria o sangue de Jesus Cristo. Espalhada a notícia do estranho fenómeno que ali se verificava, não houve mais força humana que contivesse a multidão que de toda a parte demandava aquele povoado, ávida de ver o suposto milagre que se operava, diàriamente, à vista dos circunstantes. O facto ia tomando proporções imprevisíveis: os ânimos estavam perplexos. Não se lhe podiam medir as consequências, pois todos os enviados especiais do vigilante Pastor, sacerdotes cultos e respeitáveis, clínicos ilustres e conceituados, depois de observações a que se entre-

gavam, concluiram por admitir sobrenaturais os fenómenos que lhes caíam sob os olhos.

Dom Joaquim não podia assistir, sem sofrer amargamente, a cegueira com que tantas almas se obstinavam em crer, como milagre, numa coisa que não passava de grosseiro embuste. E o pior era que o mal se propagava entre os fiéis, com a violência de um incêndio, enquanto ali, e em outros pontos da diocese, novas beatas iam surgindo, tocadas do mesmo falso misticismo.

A atitude da comissão especial enviada ao teatro dos acontecimentos, para verificar os factos e dar ao Prelado o testemunho da verdade, concorreu, em parte, para aumentar a confusão dos espíritos, pois, ao invés do que era de esperar, tornou-se conivente com o erro e a ardorosa adepta da mistificação. E alguns sacerdotes que dela faziam parte, admoestados, revoltam-se e, num pasmoso movimento de rebeldia, levam a questão à imprensa, discutem-na com contumácia, à maneira de toda heresia, e terminam por cobrir de insultos a pessoa por todos os títulos respeitável e intangível de Dom Joaquim, que a outro intuito não visava senão o de defender o depósito sagrado da fé, de que todo bispo é guarda, por dever de ofício, como sucessor dos apóstolos.

Não se pode medir o grau de aflição que torturou a alma sensível do magnânimo Pastor, ao encontrar-se na difícil situação de, para manter inviolável o princípio de autoridade, ser obrigado a privar das prerrogativas eclesiásticas padres até então dignos de toda a estima, respeito e consideração pelo saber e proclamadas virtudes que tanto os distinguiam.

Convidados, ainda uma vez, a praticar qualquer acto de submissão que traduzisse um desagravo pelo escândalo dado e uma renúncia aos erros do passado, negam-se a fazê-lo com um desembaraço de causar espanto!

Nessa altura, o Prelado, colocando o dever de consciência acima do coração, aplica-lhes as penas canónicas. E'-lhes proibido o exercício pleno das funções sacerdotais.

Dom Joaquim teve a alma alanceada, na luta em que

se empenhou, para fazer voltar ao aprisco ovelhas que se dispersaram, atónitas, sem destino e sem pastor. Sofrendo, mas de pé, indomável na convicção da sua fé, haurida da sã doutrina teológica, que não admite embustes, profliga o erro, desmascara a farsa. E, suportando, embora, injúrias e injustiças, que lhe feriram cruelmente a sensibilidade, por partirem de pessoas que lhe deviam obediência e gozavam da sua particular estima, repete a mesma súplica do divino Mártir do Calvário: "Perdoai-lhes, Pai..."

Na sua memoravel carta pastoral, publicada aos 25 de Julho de 1894, aqui transcrita, *ad perpetuam rei memoriam*, em que dá conhecimento ao clero e aos fiéis da decisão da Santa Sé, profligando e condenando os abusos praticados no Juazeiro, contra a fé, revelam-se a prudência, a sabedoria e a fortaleza de ânimo com que o eminente Prelado se conduziu na momentosa questão.

D. JOAQUIM JOSE' VIEIRA

Por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Bispo da Fortaleza

Ao Revd. Clero e Fieis d'esta Diocese da Fortaleza, saúde, paz e benção em Jesus Christo Nosso Adoravel Salvador

Veneraveis Irmãos e Amados Diocesanos.

Pouco mais de tres annos ha que umas certas novidades, revestidas de circunstancias particulares, causaram immensa e profunda sensação no animo do publico d'esta e das outras Dioceses do Brazil, e mesmo de algumas de além mar.

Foi que na Capella do Joazeiro, povoado pertecente á freguezia do Crato, d'esta Diocese, deram-se com Maria de Araújo, moça reconhecidamente doentia, alguns factos, que foram classificados na ordem sobrenatural por dous medicos que firmaram documentos publicos asseverativos de tal proposição.

A estes attestados seguiram-se mais alguns no mesmo sentido, assignados por outras pessôas honradas, mas não profissionais em sciencia medica.

Collecionados estes documentos em folhetos intitulados — Milagres do Joazeiro — foram largamente atirados aos quatro ventos da publicidade, sem audiencia e auctorisação Nossa!

Ergueu-se alterosa a onda da curiosidade e da extrema facilidade em acceitar o maravilhoso, sem as devidas cautelas tão sabiamente assignaladas pela Santa Egreja.

Ao mesmo tempo, os principaes fautores das chamadas maravilhas começaram a introduzir innovações no dogma, no ensino theologico e na lithurgia catholica!

Como Pastor e Guarda da fé n'esta Diocese, não cruzámos os braços, lembrando-Nos sempre do texto Escriptural, que diz: *Attendei por vós e por todo o rebanho, sobre que o Espirito Santo vos constituiu bispos, para governardes a Egreja de Deus, que elle adquiriu pelo seu Sangue..* (1)

Vigiámos dia e noite: sustentámos longas e fatigantes conferencias particulares para não deixar se desgarrassem do redil da Egreja queridas ovelhas, que Nos oppunham com tenacidade as qualidades intellectuaes e moraes dos ardentes propugnadores das taes novidades.

Por considerarmos grandemente injuriosa á Divina Eucharistia, condemnámos desde logo a proposição que affirmavam os innovadores, dizendo que — o sangue (corruptivel e corrupto) algumas vezes apparecido nas Sagradas Particulas recebidas por Maria de Araujo — era o Sangue de Nosso Senhor Jesus Christo. Custou-Nos isto uma temerosa tempestade de improperios, invectivas e calunias, levantada em nome da piedade, em nome do Preciosissimo Sangue do Divino Salvador!!!

Não nos incommodavam esses dizeres apaixonados, pelo que toca á Nossa pessoa particular; pois temos sempre de promptidão no espirito a lembrança d'aquellas memoraveis palavras do Divino Mestre, quando pregado na Cruz: *Pater, dimitte illis: non enim sciunt quid faciunt.* (2)

Criamos, demais d'isto, que não era o fim de quem usava de tão reprovados meios — offender-Nos pessoalmente, senão o de infirmar a força moral do principio de Autoridade Episcopal, em proveito dos defensores dos novos mysterios. Era isto que nos affligia sobremodo, pelas funestas consequencias que se podiam originar de tal desatino.

Tendo sempre como pharol as sabias leis da Santa Egreja, mandámos instruir processo sobre os taes factos apregoados como *miraculosos* por pessoas qualificadas.

Finalmente, depois de maduro exame, vos endereçámos uma Carta

(1) — Act., 20, 28.

(2) — Luc., 23, 34.

Pastoral, premunindo-vos contra os vicios oppostos á nossa santissima e divina Religião.

N'esse documento official e solemne, depois de havermos exposto com clareza a doutrina catholica sobre o augusto e ineffavel mysterio da Divina Eucharistia, analysámos os factos succedidos no Joazeiro com Maria de Araujo, concluindo por declarál-os puramente naturaes apenas acompanhados de algumas circunstancias artificiaes, que lhes davam apparencias de extraordinarios.

Como corollario natural, declarámos ser grosseiramente supersticioso todo acto religioso, que de qualquer modo se referisse aos pretensos milagres.

Expuzemos outrosim a doutrina canonica respectiva ao procedimento que devem ter o Clero e os fieis, na hypothese de qualquer facto extraordinario que pareça interessar ao sobrenatural, etc., terminando finalmente por submettermos á Santa Sé Apostolica toda a doutrina que haviamos ensinado.

Em Maio de 1893, achando-se n'esta Capital, de passagem para Pernambuco, o Exmo. e Rvmo. Senr. D. Jeronymo Thomé da Silva, então ilustrado Bispo do Pará, e hoje Arcebispo da Bahia e Chefe da Provincia Ecclesiastica do Norte do Brasil, pedimos-lhe Nos dispensasse a especial benevolência de levar comsigo e encaminhar para a Santa Sé Apostolica o processo do Joazeiro, que lhe entregámos em seu original, tal qual Nos foi apresentado pela Commissão que o instruiu, accrescentado apenas de mais alguns poucos documentos, e acompanhado da Nossa precitada Carta Pastoral de 25 de Março de 1893, que já então constituia parte importante do mesmo processo, por conter o seu julgamento.

O Exmo. e Rvmo. Senr. D. Jeronymo bondosamente acceitou a incumbencia, e no dia 21 do mesmo mez fez seguir para Roma aquelle instrumento, com destino ao Eminentissimo Cardeal Monaco, sapientissimo Prefeito da S. Congregação do Santo Officio. O processo chegou ao seu destino em Junho seguinte.

Tinhamos cumprido o Nosso dever; aguardavamos calmo e sereno as decisões da Santa Sé, quaesquer que fossem, protestando profundo acatamento, inteira obediência e plena adhesão ao Supremo Chefe da Egreja, de quem somos, pela graça de Deus, amante filho.

Nossa voz foi ouvida com filial attenção; Nossos ensinamentos foram em geral acatados exterior e interiormente pelo Nosso virtuoso Clero e pelos Nossos Diocesanos, que melhor comprehendem a Santa Religião que professamos.

Dissiparam-se as duvidas que atormentavam algumas consciencias timoratas; e todos em geral prestaram homenagem de obediência á legitima Auctoridade posta pelo Espirito Santo, para reger e governar esta heroica Diocese.

Nem outro podia ser o procedimento dos Nossos Diocesanos, pois os catholicos esclarecidos sabem que um Bispo, sobre ter especial graça para dirigir a porção da Familia Christã que lhe é divinamente confiada, é o centro para onde se convergem todos os raios da Diocese: vê tudo que interessa á Santa Religião, reune os factos com suas circunstancias, estuda-os com calma e attenção; e, si algum caso é de difícil solução, pede conselhos aos competentes, faz todas as diligencias que lhe dicta a prudencia e pede inspiração a Deus, antes de pronunciar-se definitivamente sobre qualquer assumpto, maxime quando este diz respeito á doutrina, aos principios fundamentaes da fé catholica.

Infelizmente não foi completa a Nossa satisfação: houve vozes dissonantes do côro geral; não se restabeleceu a paz e a caridade em todos os corações; temos sido desobedecido por alguns Sacerdotes, que deviam ser os primeiros em dar exemplo de acatamento ao seu Bispo! Oh! quanto Nos pesa rememorar desvios, que desejáramos sepultar em eterno olvido!

Mas, é-Nos de imprescindivel necessidade narrar alguns factos e declinar alguns nomes, para que não se continúe no abuso da bôa fé e simplicidade do pobre povo.

O Revd. Padre Cicero Romão Baptista, outr'ora filho obediente da Egreja, mas hoje infelizmente extraviado d'ella, alguns Sacerdotes piedosos, porem mal avisados, e alguns sectarios das innovadoras doutrinas, em vez de acceitarem, como lhes era dever, a decisão e os avisos de seu Diocesano, têm continuado, com escandalosa contumacia, a inculcar a crença nos pretensos milagres e em novos mysterios contrarios ao ensino da Santa Madre Egreja; dando dest'arte azo a torpes especulações.

Sim, algumas pessoas, pouco escrupulosas e demasiadamente amigas da *mammona,* exploraram a exaltação dos animos, procurando attrahir curiosos ao Joazeiro. Os depositarios das esmolas dadas ao Padre Cicero, negociavam com o dinheiro, e faziam o papel de arautos das taes maravilhas; e, para mais animarem o commercio, canonisaram em vida o Padre Cicero e Maria de Araujo, e estes (cremos que em bôa fé) se prestaram a photografar-se, e os respectivos retratos eram bem reputados pelos romeiros que desejavam conservar as effigies dos *novos santos* descobridores dos *novos mysterios.* Mandaram-se fundir na Europa muitos milheiros de medalhas, tendo em uma face, no meio, uma figura semelhando á de religioso com as palavras — Padre Cicero — na cercadura, e no reverso — uma figura de mulher tambem vestida de habito religioso, com uma aureola na cabeça, (o que nem ás imagens dos beatificados é permitido pela Egreja,) com a seguinte inscripção na orla — Maria de Araujo! E o Revd. Padre Cicero nunca teve uma palavra de santa indigna-

ção contra este ultraje atirado á face da purissima Religião de que é ministro!

Foi-Nos necessário tomar providencias em ordem á impedir tão grosseira superstição e á evitar que fosse defraudado o povo desprevenido; o que não obstante, procurou a ganancia commercial derramar pelos sertões d'esta e das Dioceses circumvisinhas as ridiculas medalhas; e quem sabe quantos innocentes foram illudidos em sua boa fé ?!

Cumpre notar-se que o Rvd. Padre Cicero e os tres Sacerdotes que o têm acompanhado n'esta historia, são de costumes puros, de um passado sem mancha, inteiramente desprendidos dos bens d'este mundo, estimaveis por seus elevados sentimentos, e incapazes de qualquer acção menos nobre: não são directamente responsaveis pelas miseraveis especulações que se hão feito; e nem teriam praticado qualquer desacerto ou excesso, si não se houvessem entregado á discreção de mal inspirado paredro, que, explorando-lhes a excessiva susceptibilidade, os enveredou por tortuosos caminhos.

Para justificarem a contumacia, pretextam os recalcitrantes que os Bispos não são infalliveis, e que haviam appellado do juizo do Diocesano para o da Santa Sé.

E' verdade que os Bispos singularmente considerados não são infalliveis, e que se pode appellar de suas decisões para o Supremo Tribunal da Egreja; mas, em todo caso, é dever do Clero e dos fieis — aterem-se ao juizo pronunciado pelo seu Diocesano, emquanto o Poder superior não mandar o contrario.

Houve com effeito appellação de Nossa sentença condemnatoria da proposição versante sobre a natureza do sangue apparecido nas S. Particulas, recebidas por Maria de Araujo; e os appellantes tiveram plena liberdade de acção.

Os propugnadores dos chamados milagres e dos novos mysterios anteciparam-se no andamento da causa, enviando á Roma o Revd. Secretario da Commissão formadora do processo do Joazeiro. Este Sacerdote, para affastar qualquer embaraço ao desempenho de sua missão, aproveitou-se da Nossa auzencia d'esta Diocese, e com todas as cautelas seguiu desassombradamente caminho da Cidade eterna, levando comsigo uma copia d'aquelle instrumento, abusivamente extrahida.

Chegado ao seu destino, advogou a causa com ardor e habilidade; verteu em italiano as peças do processo, que mais lhe pareciam comprobatorias dos novos mysterios; e tudo isto fez sem encontrar o minimo tropeço.

Não contentes com todas estas diligencias, os sectarios das novas doutrinas, mesmo depois da publicação da Nossa Pastoral explicativa dos taes factos, prepararam novos documentos, habilmente arranja-

dos, sem audiencia Nossa e nem sequer da do Revd. Parocho do Crato. Esses documentos foram encaminhados á Santa Sé por outro Sacerdote enthusiasta dos novos mysterios.

De sorte que nada faltou da parte dos appellantes: houve plena liberdade e até abuso d'ella; abundaram os recursos materiais e houve habilissimos e esforçados advogados. A Santa Sé foi, pois, minuciosamente inteirada de tudo.

N'estas condições, conservaram os interessados os olhos voltados para Roma, donde esperavam a solemne sancção de suas novas doutrinas.

Nós tambem, posto que conscio de havermos zelado a pureza da Santa Religião, aguardavamos em respeitosa expectativa, a palavra do Supremo Hierarcha da Egreja para firmar de vez a consciencia de algumas queridas ovelhas ainda vacillantes.

Pois bem: a doutrina religiosa, que ensinámos na Nossa Pastoral de 25 de Março de 1893 foi attentamente examinada; o processo do Joazeiro foi estudado com aquella consummada prudencia e sabedoria, que distinguem os Eminentissimos Cardeaes da Santa Egreja Romana; finalmente, a Santa Sé pronunciou-se sobre o assumpto.

A ultima palavra foi solemnemente proferida: não ha mais lugar para evasivas; não ha mais appellação. Já não é licito em consciencia á um catholico, sacerdote ou leigo, duvidar nem sequer de leve. *Roma locuta est causa finita est*: Roma falou, acabou-se a questão. E' mil vezes preferivel imitar-se ao grande Fenelon, do que ao infeliz Padre Loyson.

Sim, o Grande Pontifice, Chefe Supremo da Egreja Catholica, infallivel em materia de fé e costumes, dirimiu as duvidas; o imortal Leão XIII, pelo orgão da S. Congregação do Santo Officio, que nada decide sem Sua audiencia, falou sobre o caso do Joazeiro.

Submissos, reverentes e cheios de fé, ouçamos a voz do notabilissimo Sucessor de S. Pedro.

VENERAVEIS IRMÃOS E QUERIDOS DIOCESANOS, Sua Excellencia Reverendissima o Senr. Arcebispo de Petra, respeitabilissimo Internuncio Apostolico no Brazil, em officio datado de 5 de Julho ultimo, recebido no dia 3 do corrente, Nos enviou, para publicarmos e executarmos, a Decisão e Decretos da S. Congregação do Santo Officio, na forma seguinte:

DE FACTIS QUAE ACCIDERUNT IN JOASEIRO DIOECESIS FORTALEXIENSIS

DECISIO ET DECRETA S. R. UNIVERSALIS INQUISITIONIS

In Congregatione Feriæ IV diei 4 Aprilis anni 1894, discussis factis quæ acciderunt in Joaseiro Diœcesis Fortalexiensis, Eminentissimi ac Reverendissimi Patres Sanctæ Romanæ Ecclesiae Cardinales Generales Inquisitores pronunciaverunt, responderunt et statuerunt ut sequitur:

"Prætensa miracula aliaque supernaturalia quæ de Maria "de Araujo prædicantur vana esse et superstitiosa ostenta, ac "gravissimam detestabilemque irreverentiam et impium abu- "sum Sanctissimæ Eucharistiæ continere; ideoque judicio "Apostolico reprobari et ab omnibus reprobanda esse, et pro "reprobatis et condemnatis habenda.

"Ut autem hujusmodi excessibus finis imponatur et "graviora simul præcaveantur mala quæ inde oriri possunt;

"(1°.) Concursus peregrinorum aut curiosorum visitatio- "nes et accessus ad Mariam de Araujo aliasque mulieres in "eadem causa culpabiles a Fortalexiensi aliisque Brasiliæ "Ordinariis, quantum omnino fieri poterit interdicantur.

"(2.°) Scripta quælibet vel libri aut opuscula in defensio- "nem illarum personarum ac illorum factorum edita vel for- "san, quod absit, edenda pro damnatis et vetitis habeantur, et "quantum fieri potest colligantur et comburantur.

"(3.°) Tam Sacerdotibus quam laicis prohibeatur quomi- "nus de prætensis supramemoratis miraculis voce vel scripto "agant.

"(4.°) Panni sanguine perfusi ac Hostiæ de quibus actum "est omniaque alia ceu reliquiæ asservata, ab eodem Ordina- "rio auferantur et comburantur".

"(Sign.) *R. Cardinalis Monaco*".

Hæc sunt quæ Suprema Congregatio Sanctae Romanae Universalis Inquisitionis pronunciavit, respondit, ac statuit, eaque in terminis communicamus.

In quorum fidem, sub Nostris subsignatione et sigillo,
Datum Petropolis ex AEde Internuntiaturæ Apostolicæ hac die 5 Junii anni 1894.

-I- *Fr. Hieronymus Maria, Archiep. Petraeus,*
Internuntius Apostolicus.

EM VERNACULO:

Decisão e decretos da Sagrada Inquisição Romana Universal sobre os factos que succederam no Joazeiro, Diocese da Fortaleza.

Na Congregação de 4a. feira, 4 de Abril de 1894, discutidos os factos que succederam no Joazeiro, Diocese da Fortaleza, os Eminentissimos e Reverendissimos Padres da Santa Egreja Romana Cardeaes Inquisidores Geraes, pronunciaram, responderam e estatuiram o seguinte:

"Que os pretensos milagres e quejandas cousas sobrenaturaes " que se divulgam de Maria de Araujo são prodigios vãos e supers- " ticiosos, e implicam gravissima e detestavel irreverencia e impio " abuso á Santissima Eucharistia; por isso o juizo Apostolico os re- " prova e todos devem reprová-los, e como reprovados e condemna- " dos cumpre serem havidos.

Mas para se dar cabo de taes excessos e á um tempo se evita- " rem maiores males que d'elles podem nascer:

" (1.°) O Ordinario da Fortaleza e os outros do Brazil prohibam " por todos os meios ao seu alcance o concurso de peregrinos, ou as " visitas e accesso dos curiosos á Maria de Araujo e ás outras mulhe- " res incursas na culpabilidade da mesma causa.

" (2.°) Quaesquer escriptos, livros ou opusculos publicados, ou " talvez, que tal não aconteça, por publicarem-se em defesa d'aquellas " pessoas e d'aquelles factos, tenham-se por condemnados e prohibi- " dos, e sejam quanto possivel recolhidos e queimados.

" (3.°) Tanto aos Sacerdotes como aos leigos seja lhes defêso " tratar, por palavra ou por escripto, dos pretensos milagres supra- " citados.

"(4.°) Os pannos ensanguentados e as Hostias de que se falou, e " todas as outras cousas ou reliquias conservadas, o mesmo Ordinario "as tome e as queime".

"(Assig.) *R. Cardeal Monaco*".

Isto foi o que a Suprema Congregação da Santa Inquisição Romana Universal pronunciou, respondeu e estatuiu, e é o que communicamos em termos.

Em cuja fé, sob Nossa assignatura e Nosso sello,

Dado em Petropolis, na Residencia da Internunciatura Apostolica no dia 5 de Junho de 1894.

-I- *Fr. Jeronymo Maria, Arcebispo de Petra,*
Internuncio Apostolico.

Impendendo-Nos, Veneraveis Irmãos e queridos Diocesanos, o dever de publicar a Decisão e executar os Decretos acima consignados, determinamos o seguinte:

1.° Rogamos encarecidamente aos Nossos Diocesanos e muito os exhortamos á não fazerem visitas, por curiosidade e muito menos á titulo de peregrinação, a Maria de Araujo e á outras mulheres como ella culpaveis nos embustes do Joazeiro; pois seria irrisorio e nimiamente reprehensivel ligar-se importancia a pessoas que só merecem a reprovação publica pelas muitas profanações que hão praticado. E, si algumas pessoas, illudidas em sua bôa fé ou por ignorancia, fizeram votos, tendo por motivo os pretensos milagres, declaramos irritos e nullos e supersticiosos taes votos; de sorte que commetterá grave peccado contra a virtude da Santa Religião aquelle que, tendo noticia da Decisão da Santa Sé sobre o caso do Joazeiro e sabendo d'esta Nossa declaração, tentar ainda cumpril-os.

2.° Mandamos a todos os Sacerdotes d'este Bispado procurem diligentemente recolher e queimar todos os escriptos, impressos ou manuscriptos, que tenham por fim, ainda mesmo indirecto, defender os taes factos do Joazeiro e as pessoas que os praticaram. Procurem outrosim recolher, para Nol-as enviar oportunamente, as ridiculas medalhas que têm os nomes do Padre Cicero e Maria de Araujo; e façam ver ao povo que não é licito em consciencia dar-se qualquer culto de veneração a esse supersticioso objeto.

3.° Prohibimos a todos os Sacerdotes d'esta Diocese, *sub pœna suspensionis ipso facto incurrenda,* e aos Nossos Diocesanos leigos, sob pena de privação dos Sacramentos, tratarem por palavra ou por escripto de qualquer modo que seja em defeza dos pretensos milagres supramencionados.

4.° Mandamos, *sub pœna excommunicationis,* quem tiver os pannos ensanguentados que foram roubados da Matriz do Crato, os en-

tregue, dentro de trinta dias, a Nós pessoalmente, ou ao Revmo. Monsenhor Vigario Geral d'este Bispado, ou ao Rvd Parocho do Crato.

Deixamos de fazer mais observações, por muito confiarmos no bom espirito e criterio do Nosso virtuoso Clero, e por já termos exposto com clareza a doutrina da Egreja sobre este assumpto em Nossa Carta Pastoral de 25 de Março de 1893, que addicionamos a esta. Os Nossos Diocesanos podem e devem seguir os ensinamentos religiosos contidos n'esse documento official, que foi examinado pela Santa Sé e julgado achar-se de perfeito accordo com o ensino catholico.

Veneraveis Irmãos e queridos Diocesanos, guardemos a fé christã, tal qual foi ensinada por Jesus Christo Senhor Nosso, e nos é proposta pela Santa Egreja Catholica, Apostolica, Romana: *columna e firmamento da verdade.*

Amemo-nos uns aos outros, porque este é o preceito mais encarecido pelo Divino Mestre. *N'isto conhecerão todos que sois meus discipulos, si vos amardes uns aos outros.*

Suma-se para sempre o cumulus que annuviou por algum tempo o azul claro do ceo da Diocese Cearense; cáiam em eterno esquecimento os desvios oriundos de um conceito formado sem madureza de reflexão.

Reine a paz e a harmonia religiosa em nossos corações, para que sejamos um como o é Deus Filho com Deus Pae e Deus Espirito Santo, em cujo Nome vos damos a Nossa benção.

Os Revds. Parochos publiquem nas Matrizes e Capellas de suas freguezias, á estação da Missa Conventual, esta Nossa Carta Pastoral, e registrem-na no livro competente.

Dada e passada n'esta Cidade da Fortaleza, sob o Signal e Sello de Nossas Armas, aos 25 de Julho de 1894, festa do Apostolo São Tiago.

-I- *Joaquim, Bispo da Fortaleza.*

Pela leitura desta carta pastoral, verifica-se quão estupenda foi a vitória de D. Joaquim — intrépido defensor da fé, pois a Santa Sé lhe aprovou todos os actos, estigmatizando os supostos milagres dos sertões cearenses. E, nele, cumpriu-se fielmente aquela formosa sentença bíblica ex-

pressa no salmo CXXV: "quem com lágrimas semeia, colhe o fruto cantando". *Qui seminant in lacrimis, in exultatione metent.*

DOM JOAQUIM EM ROMA

Presente ao Concílio Plenário da América Latina, convocado pelo Papa Leão XIII e celebrado em Roma no ano de 1899, Dom Joaquim, cujo nome era já conhecido no Vaticano pela sabedoria com que levou de vencida o cisma que se ensaiara em sua diocese, teve reafirmado o alto conceito que o precedia, no desempenho das comissões que lhe couberam no memorável Concílio, que reuniu os mais notáveis prelados desta parte do continente americano. E foi tal a boa impressão que a sua figura heráldica deixou na lembrança de todos, que mereceu lhe fosse aplicado aquele conceito de Latino Coelho: "Se não houvera nunca subido às prelaturas, o seu aspecto venerando e os seus costumes, verdadeiramente pastorais, teriam feito lembrar nele a autoridade e a doutrina dos prelados".

Aqui vem a calhar referir um facto que mostra o porte moral dos homens do passado: espalhada, pela cidade, a notícia de que Dom Joaquim fora chamado à Cidade Eterna, o Dr. António Pinto Nogueira Acióli, então Presidente do Estado, pôs à disposição do Prelado os recursos necessários para ocorrer às despesas da viagem, porque era proverbial a fama da sua pobreza. E, num gesto que dignifica a sua memória, o Dr. Acióli vai ao palácio episcopal comunicar ao ilustre itinerante o propósito do Governo.

Dom Joaquim comoveu-se profundamente ante tamanha prova de atenção à sua pessoa por parte da maior autoridade do Estado, mas não aceitou o generoso oferecimento, alegando como motivo a separação dos dois poderes — eclesiástico e civil. O velho Estadista argumenta lembrando os inestimáveis serviços por ele prestados à colectividade cearense e que o povo, pelo seu governo, tinha o dever de prestar-lhe aquela justa homenagem. Dom Joaquim, porém,

acastela-se no seu ponto de vista e o Dr. Acióli não ousa insistir. E, depois, o grande Bispo bate à porta de um dos seus mais íntimos amigos, o Dr. Epaminondas da Frota, para pedir, por empréstimo, a quantia indispensável à sua projectada viagem.

UNIÃO DO CLERO

Retomando o fio da história, como vulgarmente se diz, volto aos primeiros dias do fecundo governo do segundo diocesano do Ceará.

Ao assumir a suprema direcção da sua diocese, a primeira tristeza que lhe assaltou o espírito e o impressionou profundamente foi a situação dos padres, em geral, desaparelhados de qualquer amparo e assistência nas enfermidades, na velhice e na invalidez.

Para preencher lacuna tão sensível, Dom Joaquim procedeu, imediatamente, à criação de uma sociedade de cooperação entre os sacerdotes, à qual deu o nome de "União do Clero". Aos padres Dr. João Augusto da Frota, Bruno Figueiredo, Liberato Dionísio da Costa e José Barbosa de Jesus, confiou a incumbência de organizar os estatutos da nova instituição. Não deve escapar ao leitor esta circunstância: Dom Joaquim tinha apenas trinta e três dias de administração.

A "União do Clero" foi instalada a 30 de Março de 1884 e, desde a data da sua fundação até a hora presente, vem cumprindo fielmente a sua finalidade, com o mesmo espírito que a inspirou.

Conhecida e comprovada a sua eficiência, depois de adquirir personalidade jurídica e ainda por iniciativa do próprio fundador, alcançou do Papa Leão XIII, por um Rescrito datado de 12 de Fevereiro de 1894, a faculdade de poderem fazer ali seu património canónico os clérigos promovidos ao sagrado Presbiterato.

Finalmente, para realizar o programa todo que lhe foi traçado pelos que fizeram os estatutos, a "União do

foi traçado pelos que fizeram os estatutos, a "União do Clero" tem, há muitos anos, sede própria, num magnífico prédio, que serve de residência e hospedagem aos sócios que o quiserem. E, com os seus sessenta e quatro anos de existência, vive próspera, nos limites das suas possibilidades, para a maior glória do seu inspirado fundador e utilidade do clero que, além dos sufrágios e socorros espirituais, que lhe são garantidos, tem nela a segurança de amparo em qualquer dos reveses da vida, tão cheia de dolorosas surpresas.

Esse sodalício eclesiástico é, talvez, o primeiro instituído no Brasil. Pode existir, mas não conheço, nem se tem notícia de outra organização igual a esta do Ceará, em todo o território brasileiro.

E' de pasmar que Dom Joaquim, numa antevisão profética, tenha previsto que de aperturas e tristezas estariam reservadas ao clero, num futuro que a todos podia parecer longínquo e, por isto, tão fora de cogitações desta natureza; especialmente naqueles bons e recuados tempos, quando o mundo era melhor e o governo monárquico era obrigado, por dever constitucional, a manter o culto católico e dar ao clero uma assistência digna da sua altíssima missão entre os homens.

Entretanto, força é confessar, apesar de todas as providências, nada poderá livrar o padre dos acúleos da pobreza, porque aos operários da sua Vinha, o Senhor outra mercê não promete senão o sofrimento: "Quem me quiser seguir , tome a sua cruz": *tollat crucem suam.*

Jesus Cristo, antes da sua gloriosa ascensão, ao despedir-se dos apóstolos, anunciou-lhes os tormentos que os aguardavam, ao contacto com os homens: "Haveis de gemer e chorar, e o mundo muito se há de alegrar. Sereis perseguidos, maltratados, além do que podeis imaginar. Contra a vossa missão levantar-se-ão todas as potestades do inferno. Também a vossa condição não há de ser melhor que a minha, que sou vosso Pai. Se o mundo vos odeia, é porque me há odiado primeiro": *Si mundus vos odit quia me*

priorem vobis odio habuit. Isto está escrito no capítulo XVI do evangelho de São João.

O que Jesus Cristo afirmou aos apóstolos, neles se cumpriu fielmente e, nos seus sucessores, através de todas as idades vencidas e dos séculos que hão de vir. Enquanto o mundo existir, o padre sofrerá sempre a contradição dos homens, a incompreensão dos maus filhos da Igreja, toda espécie de perseguição, a indigência, o martírio e a morte.

O sofrimento é o selo que antentica a origem divina de sua missão na terra. Para enfileirar-se na milícia sagrada, é preciso ter apurado espírito de fé, coragem e vocação para o martírio, porque, além daquela satisfação natural que banha a consciência de quem pratica o bem, e da promessa eterna que Jesus Cristo fez aos apóstolos — a vossa tristeza se transformará em alegria: *tristitia vestra vertetur in gaudium,* a qual ninguém lhes poderá roubar: *nemo tollet eam,* nenhum atrativo humano oferece o estado sacerdotal.

Perdoe-me o leitor esta digressão. Estas ideias me vieram à mente, ao sentir o padre moderno crivado de necessidades e ao recordar a pobreza evangélica de Dom Joaquim, que tanto se preocupava com a situação material dos seus cooperadores. E essa preocupação do inolvidável Bispo levava-o ao extremo de ter à mão a estatística das rendas das paróquias, de maneira a poder distribuí-las, atendendo, antes de tudo, aos requisitos morais do candidato ao espinhoso múnus, e depois às suas condições financeiras.

E tal foi essa preocupação que, no momento em que o Estado deixou de manter o culto religioso, com a separação da Igreja, no regime republicano, Dom Joaquim lançou as bases para a formação de um património que garantisse condigna sustentação ao futuro bispo diocesano, prevenindo-lhe, dessa maneira, as dificuldades, numa diocese como esta, assolada sempre por calamidades periódicas.

AS PRIMEIRAS ESCOLAS

Estávamos revivendo a acção construtiva de Dom Joaquim, no primeiro ano de sua operosa administração. Entre as obras que promoveu, que foram as primícias do seu apostolado, e tanto lhe glorificam a memória e se perpetuam através dos tempos, com a mesma feição característica com que lhe saíram do coração, avulta a fundação das escolas — "São Vicente de Paulo" e "Jesus Maria José", anexas ao Colégio da Imaculada Conceição e confiadas à dedicação das beneméritas Irmãs de Caridade, essas abelhas do céu, a quem se deve a graça e o mel da sabedoria com que formaram o espírito e coração da família cearense — o mais belo património moral das nossas tradições.

A primeira, inaugurada a 8 de Dezembro de 1884, divide-se em dois cursos: o diário, para meninas de 6 a 15 anos; e o dominical, para moças que, durante a semana, se ocupam em serviços domésticos ou em outros trabalhos de onde tiram a própria subsistência.

A matrícula dessas escolas multiplicou-se por milhares de beneficiadas, no perpassar dos tempos. Por sede tiveram, primeiramente, alguns espaçosos salões no enterior do velho e conceituado educandário, sob o superiorato da saudosa Irmã Gagné, denominada mãe da pobreza. Depois, quando os recursos o permitiram, as aulas passaram a funcionar à Rua 25 de Março, em local apropriado, construído por iniciativa da nova superiora, a Irmã Henriot, já falecida, mas já na administração de D. Manuel, arcebispo resignatário de Fortaleza e titular de Viminácio.

A escola "Jesus Maria José" teve sede própria desde a sua inauguração, num amplo, moderno e elegante edifício construído por Dom Joaquim, quase às suas expensas, pois entregava a Monsenhor Vicente Pinto Teixeira, administrador das obras, todas as rendas da Mitra, reservando para as suas despesas pessoais apenas a côngrua de trezentos mil réis que lhe dava o Governo federal, em respeito aos seus direitos adquiridos depois da queda da Monarquia. Esse edifício é o que fica ao lado da igreja do Pequeno

Grande, com a actual denominação de casa paroquial, e que está servindo para as reuniões e sessões das associadas pias da paróquia de São José, cuja matriz é a catedral.

A escola de São Vicente de Paulo e a Jesus Maria José são irmãs gémeas: nascidas em épocas diferentes, geraram-se, entretanto, no mesmo dia e na mesma fonte de caridade.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS

Desde o seu advento ao Ceará, foi constante, em Dom Joaquim, o anseio de fundar um instituto nos moldes criados por D. Bosco, o precursor da pedagogia no mundo, hoje bem-aventurado, figurando entre os santos do Céu, que recebem na Terra o culto de veneração de todos os fiéis da Igreja universal. Dessa maneira, a inauguração da escola "Jesus Maria José" não foi a realidade de um sonho, nem o ensaio de uma grande obra a prosseguir-se, mas o máximo de um plano maior que um idealizador tinha na mente pôr em prática.

Lê-se num esboço histórico, inédito, escrito por Mons. Hipólito, em 1894, que Dom Joaquim sempre manifestou a intenção de estabelecer na diocese uma escola de Artes e Ofícios para meninos.

Depois de amargas decepções e mil dificuldades, por vezes insuperáveis, continua Mons. Hipólito, lhe foi dada uma casa que se prestaria ao fim almejado, mediante algum reparo, e mais a quantia de setenta contos para património da instituição, por espontânea concessão do Presidente da Província, o senador Henrique D'Ávila. A casa e o património estavam reservados à fundação de um asilo de pobres, mas os poderes públicos consideraram a obra projectada de maior utilidade pública e de mais elevado alcance social que um asilo de mendicidade.

De posse da casa e do património, afirma Mons. Hipólito, Dom Joaquim entrou em confabulação com os padres salesianos para virem dirigir o colégio, prestes a inaugu-

rar-se. Inesperadamente, porém, lhe são tomados dinheiro e prédio, por um acto ditatorial, sem que, entretanto, fosse dada qualquer aplicação à casa e ao património. Só muitos anos depois, sob outra administração, deu-se novo destino ao prédio, para nele funcionar a antiga Escola Militar do Ceará.

Extinta a Escola Militar, posteriormente, o edifício passou a servir de quartel à polícia estadual e, por fim, foi cedido pelo Governo cearense ao federal para funcionar alí o Colégio Militar e o Colégio Floriano, em substituição àquele, quando lhe fecharam as matrículas. A casa em apreço é a mesma onde se instala, actualmente, a Escola Preparatória, espécie de vestíbulo da Escola Militar de Resende, onde se preparam os futuros orientadores do exército nacional.

Pelo exposto vê-se claramente que é verdadeira a afirmativa de que as escolas de S. Vicente de Paulo e da Sagrada Família germinaram e nasceram, simultâneas, no coração do zeloso Pastor.

A ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE

As secas do Ceará, tristemente notáveis, pelos estragos incríveis que causam à economia pública e particular, são um tema cediço, que tem a sua literatura bastante explorada.

As suas devastações têm sido narradas em prosa e verso pelos maiores escritores e pelos mais inspirados poetas patrícios e até por outros de além-mar, como Guerra Junqueiro, naquele impressionante poema — "A fome no Ceará".

Por isto não me deterei em devaneio literário com uma coisa que tanto nos aflige e algo diminui a intensa claridade da formosa Terra do Sol, senão no que colide com uma obra eminentemente benéfica, pelo seu imenso raio de acção, filha do coração desse raro homem de Deus que, por dilatados anos, apascentou uma porção do rebanho de Cristo, neste amargurado pedaço do Brasil.

Quem já assistiu a uma das nossas secas sabe que, mal se esboçam os primeiros traços do horrendo perfil, as populações sertanejas se deslocam em demanda de Fortaleza, com a esperança de um lenitivo para o seu imensurável infortúnio. Passado o flagelo, parte dessa gente volta aos campos nativos; a outra, porém, atraída pelas facilidades da vida urbana, permanece escondida nos recantos escusos da cidade, aumentando-lhe o número dos valetudinários, enfermos, mendigos falsos e verdadeiros, paralíticos e vagabundos.

Dom Joaquim ainda não havia presenciado com os próprios olhos as cenas dantescas de uma seca. Mas, surpreendido com a que se declarou em 1888, tremeu de horror ante a acabrunhadora realidade, de que só tinha notícia por ouvir falar ou pelas descrições que teria lido. Ante os factos concretos que viu e examinou, logo lhe nasceu no espírito a ideia de organizar uma sociedade de socorro, que tivesse por fim aliviar os sofrimentos daqueles que não esmolam pelas ruas.

Animado do mesmo propósito com que recorreu à cooperação das dedicadas Irmãs de Caridade para a fundação de sua primeira escola, pôs nas mãos das infatigáveis Filhas de São Vicente o êxito da sua nova obra. A superiora da Casa era ainda a mesma Irmã Teresa Gagné, uma das primeiras religiosas que, na era de 1865, vieram fundar no Ceará, a convite de Dom Luís, um pensionato para meninas e, ao lado, um orfanato, destinado a crianças do mesmo sexo, abandonadas — obras que ainda aí estão, desafiando a acção do tempo, numa indiscutível afirmação da sua utilidade social.

A nova instituição, embora a mais antiga do Brasil, não foi uma criação original do espírito empreendedor de Dom Joaquim, mas uma semente colhida na secular árvore da caridade, plantada na França por Vicente de Paulo, o santo das crianças, dos pobres e dos seminários, que, já em seu tempo, sentiu urgente a mesma necessidade de se levar à mansarda do pobre, além da esmola que mitiga a fome e a medicina que alivia as dores, a palavra de con-

solo que abre clareiras de esperança nas almas embrutecidas pelo infortúnio.

Assim é que, desde o ano de 1888, até hoje, a Associação das Senhoras de Caridade trabalha no seio das classes desfavorecidas, sempre unida à fonte de onde brotou, pelo elo de ouro da continuidade das cousas imperecíveis. Tem a sua sede no Colégio da Imaculada Conceição, age sob a direcção das piedosas freiras, também frutos da mesma Árvore, com o afã habitual da caridade que não cansa e a dedicação infatigável que só a fé sabe inspirar.

O SEMINÁRIO E O COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO

Deus, na sua visível predilecção pelo Ceará, predilecção que se impõe à crença comum de que — onde está o sofrimento está o Senhor: *ubi dolor, ibi Dominus* — premiou a terra mártir com a preciosa dádiva dos três obreiros que lançaram as bases do novo bispado: D. Luís António dos Santos, primeiro bispo do Ceará, Pe. Pedro Augusto Chevalier, primeiro reitor do Seminário, e a Irmã Teresa Gagné, superiora do Colégio da Imaculada Conceição, falecida em 1917, no exercício do cargo, em que se conservou até a morte.

O Seminário e o Colégio da Imaculada Conceição foram as primeiras e as maiores obras de D. Luís, realizadas com a eficiente colaboração das duas outras partes componentes da triarquia providencial que Deus estabeleceu no Ceará para o determinado cumprimento dos seus insondáveis desígnios. Era inadiável a fundação dos dois institutos: sem clero, seria baldado todo o esforço do novo Prelado para levar a sua diocese ao ideal de perfeição que concebeu a sua alma inflamada de zelo pela salvação do rebanho que vinha apascentar; sem uma sociedade, composta de famílias, cristãmente formadas, não disporia de campo para cultivar a semente das vocações sacerdotais.

E essas obras foram montadas sobre alicerces tão sólidos e profundos que ambos, apesar de ultra-octogenários, conservam a mesma fisionomia moral e intelectual dos primeiros dias, ciosos das fulgurações do seu passado, sempre actuais, à altura da evolução do tempo e das necessidades de cada época.

Este exórdio foi escrito para explicar que, embora Dom Joaquim em nada tenha concorrido para o conceito e esplendor das duas instituições, já em pleno florescimento quando aqui chegou, aumentou-lhes todavia o prestígio com a assistência moral e cuidado paternal, que lhes dispensou. Ainda assim, o Colégio lhe deve um grande benefício. A primeira casa em que se instalou o novo educandário ficava à Rua Barão do Rio Branco, até poucos anos Rua Formosa, próximo à Rua Castro e Silva, de propriedade do Barão de Aratanha, dedicado amigo e infatigável auxiliar de D. Luís.

No fim do ano lectivo, como o local era pequeno, as Irmãs instalaram o colégio na Casa dos Educandos, ali, onde ainda hoje se encontra, naturalmente, com outra amplitude, aspecto e higiene, amparadas por um contrato celebrado entre o diocesano e o presidente da Província, o engenheiro militar, coronel João de Sousa Alvim. Dom Joaquim, porém, na administração do senador Henrique d'Ávila, conseguiu prorrogar o contrato para mais cinquenta anos, por uma lei provincial que tomou o n.º 2143, de 29 de Junho de 1889.

O Seminário recebeu, também, outro insigne favor das mãos dadivosas de Dom Joaquim, pois S. Excia. elevou para cem as dezenove apólices da dívida pública que lhe constituíam o minguado património. E depois, quando a desgraça daquela trágica noite de 7 de Junho de 1894, abateu, destruindo por completo, a parte fronteira do edifício — a que vai da Igreja da Praínha ao meio, justamente onde se localiza o salão de visitas da casa, Dom Joaquim o reconstruiu dentro de três meses, de maneira que, antes do fim do ano, as aulas recomeçaram a funcionar com toda a regularidade.

Ante a indescritível catástrofe, que parecia irremediável e que lhe valeu por tremenda provação, e, pior ainda, sem meios para enfrentar as despesas com o soerguimento da parte abatida que, moralmente, representou o desaparecimento da casa toda, Dom Joaquim só teve uma resolução a tomar: recorrer à generosidade dos queridos diocesanos. E o fez com o mais completo êxito.

Ao encontro de S. Excia. foi pressuroso o coronel e engenheiro José Bizerril Fontenele, presidente do Estado e seu íntimo amigo, com o auxílio, naquele tempo apreciável, de dez contos de réis. E, em seguida, acorreram ao ingente apelo do angustiado Pastor todas as paróquias da vasta diocese que, então, abrangia todo o território cearense.

Dom Joaquim, em pessoa, dirigiu o movimento próseminário, em Fortaleza, a qual dividiu em sete circunscrições, confiando cada uma a distintas senhoras da mais alta sociedade, que deram à piedosa missão o mais cabal desempenho.

No dia do recolhimento das esmolas, verificou-se uma cena deveras comovente: Dom Joaquim aguarda as comissões, de pé, trémulo de emoção, no alto dos três primeiros degraus da escada que conduz à sala de visitas do palácio, e com as mãos cheias de pétalas de rosas abençôa a cabeça das abnegadas damas, que se curvam surpresas, diante de um gesto inédito e inesperado, que lhes causou profunda impressão, pela austeridade de quem o praticara. Dom Joaquim era uma alma sensibilíssima.

A IRMANDADE DE SÃO FRANCISCO

Não se conhece a razão imediata por que, em Canindé, São Francisco é venerado com tanta devoção e fervor.

Refere uma tradição digna de acatamento que, nos fins do século dezoito, apareceu por aquelas paragens um cidadão de nacionalidade portuguesa, chamado Francisco Xavier de Medeiros, com a intenção de ali se estabelecer e erigir uma capela em honra do glorioso santo.

Canindé, cujo nome é tirado de uma tribo de tapuias que vivia na região central do sertão cearense, não era o que hoje é — uma cidade bela e progressista, mas um lugarejo composto de algumas pequenas casas, às quais o ádvena acrescentou o que construiu de aspecto um pouco melhorado.

Todos os santuários do Brasil têm a sua história. O de Canindé, porém, não pode deixar de ser obra dos desígnios de Deus que quis cavar, naquela ressequida terra, uma fonte de graças, onde todos os necessitados encontrassem solução para os seus problemas, remédio para as suas dores e cura para os seus males.

São Francisco que, em vida, se assemelhou ao divino Modelo, com tal perfeição, pelo amor ao sofrimento e pelo ministério da caridade, que mereceu lhe chamassem — outro Cristo: *Franciscus alter Christus*, foi por Deus escolhido despenseiro das graças extraordinárias que se derramariam entre os fiéis, manadas do pequenino nicho encravado na parede da pequenina e pobre capela, perdida num pedaço do nosso sertão adusto, depois transformada e elevada à dignidade de Basílica, entre as raras existentes no Brasil.

A notícia das graças alcançadas e das curas ali realizadas, correu célere por todos os recantos do Estado, atravessou as nossas fronteiras e foi ecoar além, muito além.

E Canindé tornou-se então um centro de atração de milhares de romeiros que, anualmente, demandavam aquela cidade, vindos até da longinqua Amazónia, cuja população era, na maioria, constituída de emigrantes cearenses. Ali, na fonte das graças, todos se saciavam e, cheios de gratidão pelas mercês recebidas, depositavam no altar do Taumaturgo as suas oferendas, óbolos convertidos em dinheiro e objectos preciosos de uso pessoal.

À medida que se ia plenificando a arca do Pobrezinho de Assis, ao lado florescia a turma sabida de devotos de opa. E logo se criou uma irmandade em tudo igual às do Brasil colónia, com todos os privilégios garantidos pela legislação civil então vigente e com todos os defeitos das coirmãs, que

tanta amargura têm causado à Igreja e tantas dificuldades aos bispos do Brasil.

Não se devem, porém, confundir essas irmandades típicas, oriundas de Portugal, que nos ficaram como um triste legado da Monarquia, com as ordens terceiras, confrarias, irmandades religiosas e associações pias, que não têm e nem podem ter bens materiais, estabelecidas e mantidas pela Igreja, para o maior afervoramento da piedade dos fiéis.

A nova instituição religiosa canindèense tomou posse da igreja e das esmolas que devotos e romeiros depositavam no gazofilácio do templo, certa de que a ninguém teria de dar contas. A irmandade, como as suas congéneres, julgava-se isenta da autoridade eclesiástica e, por conseguinte, aqueles bens lhe pertenciam.

Ao tempo em que Dom Joaquim resolveu chamar à sua autoridade a administração e a aplicação daqueles óbolos como, de direito, lhe competia, a irmandade, reduzida a poucos irmãos, estava pràticamente desaparecida. Mesmo assim, resistiu à resolução do Prelado.

E' oportuno transcrever a Portaria em que D. Joaquim determina medidas enérgicas sobre a administração dos bens de São Francisco:

> "Considerando que a administração dos bens de São Francisco das Chagas, Padroeiro da Matriz de Canindé, se acha em anormalíssimo estado; por isso que um pequeno grupo de indivíduos, outrora pertencentes à confraria do mesmo Glorioso Patriarca, e que compunha a respectiva Mesa regedora, cujo mandato expirou em Outubro de 1896, não só tem violado a lei orgànica da irmandade em suas diversas determinações, principalmente no tocante à prestação de contas, que até ao presente não fez, como é de seu estricto e imprescindível dever, mais ainda revoltou-se contra a ordem Diocesana que mandou que entregasse ao reverendo páraco da mesma freguesia os bens e documentos pertencentes a São Francisco, a fim de que, depois

de tudo examinado, se tratasse da eleição da nova Mesa regedora, criando destarte o dito grupo desordeiro embaraços à boa marcha da confraria; pelo que incorreu na pena de eliminação *ipso facto* cominada no artigo 5º., cap. 3º. do Compromisso, que por nós foi aprovado aos 19 de Dezembro de 1892 a pedido assinado por trinta e seis irmãos reunidos em assembléia geral no dia 3 de Abril do mesmo ano, número este de irmãos muito superior ao geralmente exigido por corporações congêneres para se constituirem em tal condição;

Considerando que a dita ex-Mesa regedora discola, denunciada em 1895, antes de terminado o seu mandato, de haver malversado os bens de S. Francisco, então sob sua administração, em vez de correr pressurosa a prestar suas contas para justificar-se dessa imputação, recusa-se ao cumprimento desse dever de honra e de justiça, corroborando assim a denúncia e fazendo subir de ponto a presunção de direito contra sua probidade, tanto mais quanto o principal representante da ex-Mesa discola já foi demitido em 1887 da procuradoria da irmandade a bem dos interesses da mesma, por se haver ocultado durante sessenta dias, tempo da duração da correição aberta pelo Juiz de Direito de então, para esquivar-se à prestação de contas do cargo, que havia exercido por espaço de quatorze anos;

Considerando que a mesma ex-Mesa discola, sem título de qualquer espécie que seja, sem que lhe assista sequer uma sombra de direito, levada tão sómente por gananciosa devoção e desordenado amor ao alheio, aproventando-se da circunstância ocasional de não haver presentemente no termo de Canindé juiz substituto formado e de estar sendo este cargo exercido por um suplente leigo, que não tem noções claras de justiça nem do deco-

ro que um juiz deve guardar em seus actos, apoderou-se (mancomunado com o mesmo juiz) violentamente dos dinheiros e mais pertences de São Francisco das Chagas, levando seu arrojo até ao ponto de assaltar e arrombar o cofre depositado na Igreja matriz, para dele subtrair as quantias existentes, cometendo, assim, um crime e um sacrilégio;

Considerando que por maior e mais aturada que tenha sido a Nossa longanimidade para com tais transviados na esperança de que viessem á resipiscência, continuam eles em seus deploráveis desatinos;

Considerando que, separado o Estado da Igreja, a esta compete exclusivamente a administração temporal dos bens eclesiásticos, exercendo os bispos esse poder em suas respectivas dioceses, segundo os cànones, podendo os mesmos bispos administrar esses bens por intermédio de fabriqueiros ou por corporações religiosas ou por comissões de sua nomeação, ou, enfim, pela forma que julgarem mais conveniente, tendo como seus superiores sòmente os tribunais eclesiásticos determinados pela Santa Sé Apostólica, sendo ainda os mesmos bispos os juizes supremos das irmandades e corporações religiosas de suas dioceses; e considerando que a irmandade de São Francisco das Chagas de Canindé outra cousa não é senão mera delegada do Diocesano, que a pode suspender, reformar e mesmo dissolver, se assim julgar conveniente, para a boa ordem da administração dos respectivos bens; acrescendo a tudo isto que os incorporados a esta confraria, instituída em 1879 e reformada canònicamente em 1892, apenas concorrem com a insignificante joia de cinco mil réis de entrada e com a não menos insignificante anuidade de quinhentos réis; o que tudo reunido não basta para

pagamento da quinquagésima e quiçá nem da centésima parte das despesas com seus empregados, alguns dos quais pouco mais trabalho têm do que o de receber seus respectivos ordenados;

Considerando, finalmente, que é Nosso dever rigoroso, (do qual não podemos nos eximir) organizar, fiscalizar e zelar a administração dos bens eclesiásticos desta Diocese, não nos sendo lícito permitir nem tolerar que estes bens sejam desviados de seus santos e legítimos fins:

Havemos por bem tomar as seguintes resoluções:

1ª. — Prevenimos aos fieis em geral e aos romeiros em particular que não depositem suas oblatas no cofre que se acha colocado na Matriz de Canindé; nem as entreguem à pessoa alguma da ex-Mesa regedora, porque ficarão expostas a ser roubadas, deixando, portanto, os romeiros, que tiverem ciência deste nosso aviso e o não observarem, de cumprir seus votos; poderão, porém, ou esperar que cesse a torpe e criminosa especulação da ex-Mesa regedora e que se faça a devida justiça à igreja, ou entregar suas oblatas e ex-votos ao venerando pároco da freguesia, que os conservará em boa guarda.

2a. — Encarregamos o revdmo. Manuel Cordeiro da Cruz, respeitável pároco de Canindé, de administrar provisóriamente os bens e todos os pertences de São Francisco das Chagas, Padroeiro da mesma freguezia, devendo convidar para seu auxiliar o revdmo. capelão padre Luís de Sousa Leitão; o mesmo revdmo. pároco nomeará um escrivão habilitado e probo para escrever em livro especial tudo quanto possa interessar à administração dos mencionados bens, e nos proporá uma pessoa de reconhecida capacidade para o lugar de te-

soureiro; chamará, outrossim, à sua presença o procurador e os demais empregados da irmandade (excepto o ex-tesoureiro que é comparte no roubo dos dinheiros de São Francisco) e lhes declarará terminantemente que só devem obedecer a ele pároco, de quem sòmente receberão ordens, sem dependência alguma da ex-Mesa regedora, não podendo os que com esta pactuarem continuar por forma alguma no exercício de seus respectivos empregos. Assim procederá o revdmo. pároco até que novas providências sejam dadas; ficando entretanto autorizado a tomar quaisquer medidas que lhe ditar a prudência nos casos não previstos nesta portaria, trazendo-os oportunamente ao nosso conhecimento.

O revdmo. pároco leia esta nossa portaria à estação da missa conventual do primeiro dia festivo imediato ao seu recebimento; e leia em seguida o cap. XI das sess. 22 da Reformat. do Concílio Tridentino, e o parágrafo 6º. da Bula — Apostolicae sedis, onde começa — Impedientes etc. com seu respectivo comento, conforme se vê na página 77 das Sinodais.

Dada e passada nesta cidade de Fortaleza e Càmara Episcopal, sob nosso sinal e selo de nossas armas, ao 1º. de Março de 1897.

-I- *Joaquim, Bispo Diocesano.*

A Irmandade, então, num assomo de rebeldia, arrastou D. Joaquim à barra de um tribunal civil, movendo-lhe uma acção de manutenção de posse. A Justiça, porém, reconhecendo legítima a autoridade da Igreja sobre as irmandades, julgou improcedente a demanda e deu ganho de causa ao venerando Réu. Foram seus advogados o ilustre dr. Virgilio Augusto de Morais e provecto causídico provisionado Luís de Miranda, que, espontâneamente, tomaram a si a defesa do Bispo diocesano.

Sem maiores tropeços ainda a vencer, Dom Joaquim convida os padres Capuchinos, filhos do patriarca de Assis, e entrega-lhes a direcção do Santuário e a guarda do cofre existente na igreja, cuja abertura, daquela época em diante, só era possível fazer-se com a presença dos três depositários das respectivas chaves, das quais uma era confiada ao superior do Convento e as demais a pessoas de reconhecida probidade e conceito firmado na cidade.

Dessa maneira, pôs-se freio à ganância e as esmolas, até então desviadas do seu verdadeiro destino ou improdutivas, tiveram oportuna e proveitosa aplicação.

O principal e o maior beneficiado com a providência tomadas foi o próprio Canindé, que se viu agraciado com a preciosa dádiva de dois orfanatos e a sua primeira luz eléctrica foi inaugurada, graças ao chamado dinheiro de São Francisco.

O colégio, para meninas, naquele tempo com espaço para abrigar cinquenta órfãos, foi confiado às religiosas Concepcionistas da Imaculada Conceição; o outro, aos próprios Capuchinhos, que lhe deram tal orientação pedagógica que logo se tornou um horto privilegiado de educação e de cultura, onde muitas inteligências se ilustraram e que talvez nada houvessem sido, e hoje honram o Ceará, na ciência, nas letras e nas artes, contando-se entre os que mais se distinguiram diversos sacerdotes que ali fizeram os estudos preparatórios. Actualmente, os dois educandários contam com a matrícula de 70 e 100 alunos, respectivamente.

Além desses inestimáveis benefícios que, por si sós, bastariam para justificar plenamente a suposta violência do zeloso Prelado, há outro que, em relevância, não lhes fica inferior: o ressurgimento da piedade que deu à aridez das romarias um doce atractivo, uma nova dignificação, um sabor nunca dantes experimentado: quase todos os peregrinos regressam a seus lares, limpos de culpa, com as almas transfiguradas pela graça dos sacramentos.

Os missionários Capuchinhos chegaram a Canindé a 22 de Setembro de 1899, e o segundo bispo, ao Ceará, a 24 de Fevereiro de 1884. Pelo espaço de tempo que separa as

duas datas, vê-se claramente que, apesar das constantes e graves acusações que pesavam sobre a irmandade, só depois de quatorze anos de profundas meditações e caridosas admoestações aos irmãos díscolos, é que Dom Joaquim pôs em prática a medida que se impunha à sua consciência, medida irrevogável, que lhe trouxe os incómodos de um processo civil, mas que redundou numa caudal de benefícios para a cidade eleita de São Francisco, e para o Ceará todo.

Aproxima-se a data áurea das bodas jubilares, que comemora o magno acontecimento da restauração da verdadeira devoção a São Francisco. Nesse dia de fervoroso júbilo, Canindé, em peso, de joelhos ante a imagem do seu querido Padroeiro, não deve esquecer a figura hierática de Dom Joaquim, de facto e sem restrição o maior benfeitor dessa terra, que bem se pode chamar a segunda pátria de São Francisco.

PALÁCIO EPISCOPAL

A primeira residência que acolheu o primeiro bispo do Ceará, em 1860, foi um sobrado de muitos andares que se erguia, no ângulo em que se cruzam as Ruas Barão do Rio Branco, lado par, e Guilherme Rocha, há pouco desaparecido, nas labaredas crepitantes de um incêndio. Sobre as suas cinzas subiu novo edifício de feição moderna, em cujo pavimento térreo se localizaram diversos estabelecimentos comerciais.

Foi de pouco tempo a demora de D. Luís no vetusto casarão, pois o governo de logo providenciou a aquisição de uma casa que pudesse servir de paço episcopal. A escolha recaiu no excelente edifício pertencente ao comendador Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, á sua mulher, da. Joaquina Mendes Ribeiro e a seu irmão, coronel José Mendes da Cruz Guimarães.

Esse edifício, com ligeiras modificações internas e externas, por que tem passado, é o mesmo que vem servindo de residência episcopal, desde o primeiro bispo ao actual Arcebispo Metropolitano.

Era, naquele tempo, a melhor casa residencial de Fortaleza, enriquecida de uma chácara magnífica, que abrangia imensa área, toda murada. Situada na Praça Caio Prado, toma toda a face oriental da mesma, parte da Rua São José e se estende para o Outeiro, tendo, então, todo o seu terreno banhado pelo arroio Pajeú, em sua passagem para o mar.

De facto, o prédio adaptava-se perfeitametne ao fim a que se destinava, especialmente pela sua posição, afastado do bulício da cidade e por ser perto da Catedral e do Seminário. Assim considerado, o Governo determinou a compra do mesmo por sessenta contos de réis, a qual foi autorizada pelo Aviso Ministerial de 12 de Março de 1861.

O palácio episcopal adquirido pelo governo para servir de residência aos bispos do Ceará jamais deixou de pertencer aos bens do património nacional.

Proclamada a República, Dom Joaquim encheu-se de temores pelo perigo iminente de, passada a sua administração, o palácio fosse requisitado para qualquer fim profano. E, então, iniciou um intenso trabalho no sentido de assegurar à Mitra a posse daquela mansão augusta que guarda o bom odor das virtudes dos santos, ambiente de paz, testemunha discreta de tantas vigílias e preocupações, em cujas paredes está escrita a história gloriosa e comovente dos incomparáveis pastores, émulos de São Carlos Borromeu, pela caridade, e de São Francisco de Sales, pela doçura, que por ali passaram.

Dom Joaquim, para realizar uma das maiores aspirações do seu fecundo episcopado, levou anos seguidos de lutas e canseiras no empenho de conservar a posse legítima do palácio episcopal.

E teria abandonado o campo da peleja, se não fosse um espírito combativo e de convicções inabaláveis.

Desesperançado da eficiência da acção dos homens políticos da terra, cansado das delongas próprias dos negócios ministeriais, muito a contragosto, porque era infenso a pedidos políticos, apelou para o General Pinheiro Machado, e teve a surpresa de ver, num momento, decidida a pendência, por cuja solução tanto tempo se empenhara.

Levado à hasta pública, por ordem do Governo, aquele próprio nacional, um ilustre descendente dos Mendes Guimarães, que residia na Baía, surgiu com a intenção de atrair ao património da sua família o antigo solar dos seus antepassados.

A Associação Comercial, porém, em sessão extraordinária, sob a inspiração do seu presidente, o Barão de Camocim, de honrada memória, resolveu que nenhum cearense concorreria ao leilão, sendo, por isso, recebida e aceita a proposta do Bispado que se apresentou desacompanhado de outro concorrente.

Dessa maneira, o potrimónio da Mitra foi enriquecido com a posse definitiva da melhor propriedade urbana de Fortaleza, pelo mesmo preço por que foi adquirido em 1861, descontada em favor da diocese a quantia de trinta contos, a título de indenização pela conservação e melhoramentos nela introduzidos, no espaço de tempo em que serviu de residência aos diocesanos.

Dom Joaquim não teve a ventura de assinar a escritura da transferência: já havia renunciado às funções episcopais. Essa cerimónia verificou-se no decorrer do ano de 1913, recebendo o documento de transferência a assinatura de Mons. Bruno Figueiredo, vigário geral da diocese, em exercício pleno do cargo, por se encontrar ausente de Fortaleza o então bispo diocesano, Dom Manuel da Silva Gomes.

A POLÍTICA

No início desta narração, aludi a um facto da vida de Dom Joaquim, referente ao seu afastamento do vicariato de Campinas, compelido por injunções políticas. E' preciso esclarecer o incidente: o então Padre Vieirinha não era político.

Na Monarquia, as paróquias eram postas a concurso e os sacerdotes que conquistavam qualquer delas recebiam o título de vigário colado, em carácter vitalício. Pároco interino de Campinas, quando esta foi arrolada entre as que

foram a concurso, Dom Joaquim inscreveu-se com outro colega, no legítimo empenho de tornar-se efectivo no cargo que exercia *ad nutum*. A política sempre estrábica interferiu no pleito: o Imperador aproveitou o candidato classificado em segundo lugar.

Ao relatar essa passagem da sua vida, Dom Joaquim repetia: fui classificado em primeiro lugar, não por ser mais culto que o meu competidor, mas porque uma circunstância imprevista me favoreceu: caiu, por sorte, o ponto que versava — o "Ocultismo", matéria que havia estudado para rebater as ideias de um tio, que se entregara à prática dessa magia, pouco conhecida e, por isto, ainda não explorada naquele tempo.

Por índole ou por princípio, Dom Joaquim sempre se revelou infenso à política: sem hostilizá-la, viveu arredio das suas competições, de maneira a poder manter-se no mais perfeito equilíbrio entre as facções que disputavam a hegemonia política no Estado.

Daí o segredo da influência decisiva que exerceu em todas as classes sociais, a origem do respeito de que se cercara a sua autoridade, da veneração e da estima que todo o rebanho lhe votava. A sua presença em qualquer ato ou reunião pública atraía a atenção dos circunstantes pela simpatia que se irradiava da feição suave da sua pessoa, quase diáfana, pois, alto de estatura e de compleição franzina, dava a impressão de um corpo espiritualizado.

As suas relações com as autoridades foram as mais cordiais. Com os governos, quer provinciais, quer estaduais, depois da República, manteve sempre a mais perfeita união de vistas, em correspondência ao mesmo acatamento que lhe dispensavam, e pelo respeito ao poder constituído dentro do preceito divino — "dai a César o que é de César": *quod Caesaris, Caesari.*

Entretanto, jamais o empolgavam as seduções do poder. A oposição sempre contou com a assistência do Pastor nas horas tormentosas da luta desigual. E Dom Joaquim agia sem alarde, sem a ideia preconcebida de mostras de independência, mas no cumprimento restrito de um dever pas-

toral. Certa vez, um jovem poeta, quase implume ainda, mas já poeta de grande inspiração, escreveu violenta sátira contra o chefe do Estado. Vítima, por isso, de inesperada agressão, recolheu-se, ferido, à residência do jornalista coronel João Brígido, chefe ostensivo da oposição ao governo. Divulgada a notícia do atentado, Dom Joaquim mandu visitar, imediatamente, o enfermo, gesto que agradou a toda a cidade e mereceu os mais calorosos elogios de toda a imprensa adversa. Noutra feita, um político, de pouco destaque, mas conhecido elemento da oposição, pelo ardoroso apego às suas ideias, sofreu uma agressão mais grave que a do primeiro, porque se dizia que ele estaria resolvido a eliminar o candidato ao governo, já eleito e reconhecido, na hora precisa de sua posse na Assembleia. Dom Joaquim repetiu o gesto, visitando a vítima do atentado, por intermédio de um sacerdote da sua confiança, mas nessa oportunidade juntou à obra de misericórdia, que praticara, outra maior — a da caridade: enviou ao pobre homem certa quantia, por se tratar de uma pessoa reconhecidamente necessitada de auxílio.

Dessas duas ruidosas visitas, os seus emissários foram o autor deste trabalho e o conego Furtado.

Num e noutro atentado nenhuma interferência teve o dr. Acióli: amigos apressados é que promoveram aqueles actos de selvageria com a maligna intenção de agradar ao eminente chefe da política cearense. Quem teve oportunidade de privar da intimidade do velho estadista sabe que S. Excia., de índole pacífica e de coração magnânimo, era incapaz de cometer a menor violência contra os seus maiores inimigos. No primeiro caso, figurou o jovem estudante Américo Facó, hoje intelectual e jornalista de larga projecção na Capital Federal, com quem não era possível um chefe de Estado medir as suas armas; no segundo, o atentado foi contra Antônio Clementino e se verificou pela manhã, e o navio em que viajava o eminente político, que vinha assumir a suprema direcção do Estado, aportou às prais de Iracema quase à hora em que devia realizar-se a cerimónia da posse.

Dom Joaquim, durante a sua administração, apenas duas vezes interferiu nos negócios políticos do Estado. Publi-

cada a chapa dos deputados para a eleição no triénio de 1912 a 1915, figurava, entre os candidatos, o nome do coronel do Exército Tomás Cavalcanti, que, por mais de uma vez, apresentou na Câmara um projecto de lei propondo a extinção da legação brasileira junto ao Vaticano. Dom Joaquim, debaixo do maior sigilo, foi a palácio avisar ao dr. Acióli que iria chefiar um movimento contra a eleição de um candidato tido e havido como ferrenho inimigo da Igreja.

Tomás Cavalcanti era candidato do general Pinheiro Machado, imposto ao Ceará, como o foi o dr. Flores da Cunha que, naquele tempo, simples delegado de polícia no Rio de Janeiro, representou o nosso Estado na Câmara Federal. Falhou o propósito de Dom Joaquim porque, poucos dias após a sua visita ao Dr. Acióli, rebentou a revolução que o apeou do poder a 24 de Janeiro de 1912. Este acontecimento modificou, inteiramente, o nosso cenário político. Em consequência desse movimento, Dom Joaquim voltou a palácio, mas dessa feita com o fim de convidar o Dr. Acióli a renunciar ao governo do Estado, visto como lhe parecia não ser possível mais abafar-se a revolução, que se alastrava e tomava vulto. A primeira turma do clero estava recolhida ao Seminário, entregue aos exercícios espirituais do retiro anual, sob a presidência do destemido Prelado. Dali é que Dom Joaquim, secretariado pelo cónego João Alfredo Furtado, depois de longo percurso a pé, atinge a Praça General Tibúrcio, sob uma chuva de balas que partiam de todos os lados. Como ficou dito, o embaixador da paz nada conseguiu no sentido de fazer cessar a luta sangrenta, que enlutava a sua querida diocese. Ia S. Excia. deixar o palácio, onde fora fidalgamente recebido, quando, na saída, acompanhado até o portão pelo senador Francisco Sá e Dr. Graco Cardoso, teve de deter os passos para lançar a sua última bênção sobre um pobre soldado que caira agonizante, a seus pés, varado por uma bala vinda da rua.

No dia seguinte, o Dr. Acióli comunica a S. Excia. haver renunciado ao governo do Estado e lamenta não lhe houvesse atendido às justas ponderações.

Dom Joaquim manda chamar-me a seus aposentos,

ainda no Seminário, para dar-me a ler a memorável carta. Ao receber das minhas mãos trémulas o documento que tanto me comoveu, disse: "Acióli é seu amigo. Guarde essa amizade como uma jóia preciosa".

Divulgada a notícia de que o povo desenfreado pretendia agredir a pessoa respeitável do presidente deposto e pessoas de sua família, por ocasião da partida para o Rio, Dom Joaquim ainda fez a pé o percurso do Seminário ao Quartel Federal, afim de acompanhar ao ponto de embarque aquela nobre gente, amparada pelo manto protector da sua autoridade moral.

Naquele mesmo ano, Dom Joaquim renunciou ás suas funções episcopais.

AMOR AO CEARA'

Nos trinta anos que Dom Joaquim viveu entre nós, raramente ausentava-se da sua querida diocese. A São Paulo foi duas vezes; a Roma, em 1899, para tomar parte no Concílio Plenário Latino-Americano; ao Recife, em 1908, para assistir à reunião do episcopado do norte do Brasil, sob a presidência de D. Jerónimo Tomé, Arcebispo da Baía e Primaz do Brasil. E, finalmente, quando da sua mudança definitiva para a cidade de Campinas, em 1914. Na viagem ao Recife, ao convidar-me para acompanhá-lo como seu secretário particular, ponderou: a sua ausência não irá causar dificuldades à sua família? E, no entanto, todas as despesas do passeio corriam por sua conta. A situação económica do padre era uma obsessão do seu espírito.

Ninguém atinava que poderoso ímã o prendia ao Ceará: havia de ser uma força oculta de atracção irresistível. Nascido e criado em São Paulo, o estado líder da federação brasileira, pela sua opulência, pelo seu atordoante progresso e pelo valor dos seus homens públicos, não se compreende como se prendeu a uma terra torturada, em tudo inferior e diferente da sua. Nada o convidava a deixar o seu desataviado palácio. Quantas vezes o ouvi repetir: aqui se goza

de um clima ameno e variado. O ar brando e fresco, que se respira, vem das bandas do mar, atravessa aquelas árvores, filtrando-se (apontava o sítio), e nos chega aos pulmões, já purificado.

Dom Antônio Alvarenga, bispo de São Luís, que em mais de uma oportunidade veio visitar seu velho amigo e conterrâneo, costumava dizer: Fortaleza é a Suiça do maranhense pobre.

Compreenda o leitor: quando descrevo o Ceará sem atractivos, sem progresso e chorão, refiro-me áquele de antanho, muito melhor, em que todo o mundo era pobre, até os ricos, em contraste com o actual, muito pior, em que todo o mundo é rico, até mesmo os pobres. Naquele bom tempo, todos eram iguais, porque não havia luxo, nem conforto com que o rico pudesse se avantajar ao pobre. Da mesma maneira, hoje todos são ricos, porque o pobre, convencido de que de nada se deva privar para viver bem, acompanha o rico, embora lhe falte o folego e sacrifique o crédito, no luxo, no conforto, na dissipação, no disperdício e, em tudo mais que a civilização inventou e introduziu no mundo moderno, para torná-lo irrespirável.

Parece que Dom Joaquim encontrou na terra em que veio semear a Verdade evangélica, o clima propício a seu espírito de pobreza e de renúncia, porque só assim se explica a sua predilecção pelo Ceará, a qual o levou ao excesso de recusar o convite que lhe fez Monsenhor Apolverini, em 1890, para reger a arquidiocese do Rio Grande do Sul e, em 1897, um idêntico de Monsenhor Guidi, para a arquidiocese de São Paulo. Monsenhor Apolverini e Monsenhor Guidi eram representantes da Santa Sé, no Brasil, no pontificado de Leão XIII, em cujo nome falavam.

Na carta pastoral, escrita em 1912, em que comunicou ao clero e fiéis a sua renúncia e a eleição de Dom Manuel da Silva Gomes, para substituí-lo, declarou que — "por duas vezes, convidado para ocupar postos mais elevados na jerarquia eclesiástica, os recusara por amor ao Ceará".

A predilecção de Dom Joaquim por sua diocese era *non in verbis, sed opere et veritate.*

Apesar de seu grande apego ao Ceará, traía-se, enchendo-se de justo desvanecimento, quando se referia à grandeza insofismável e ao progresso incomparável da terra paulista: *ibique patriae memor.*

E São Paulo não esquecia o filho ilustre, distante, considerado entre os que mais alto lhe elevavam o nome e lhe guardavam as tradições. O alvoroço e o entusiasmo que causou à terra bandeirante a notícia da transferência de Dom Joaquim para aquela sede arquiepiscopal, denunciam o prestígio e a popularidade do seu nome ali, e em qualquer outro Estado do Brasil. Os próceres paulistas, tendo á frente a figura veneranda do General Francisco Glicério, senador paulista e chefe de grande prestígio na política nacional, naquela época, prepararam-se para transportar, em um vaso de guerra, o novo Prelado da terra — berço da nossa independência política. Por isto é que Dom Joaquim, na pastoral já citada, em que apresentou seu substituto, escreveu: — "fácil é imaginar-se o estremecimento que experimentámos ao recebermos o segundo convite"... Naturalmente, aludia á violência que fez ao coração, privando-se do prazer de apascentar um rebanho a que pertenceu como simples fiel e de reger um clero de que foi membro, como simples padre.

RELAÇÕES COM O CLERO

Parece que Dom Joaquim tinha inscrito no pensamento e no coração o que a respeito da autoridade escreveu São Bernardo ao Papa Eugénio III: "o superior deve ver tudo, relevar muito e castigar pouco". *Rector omnia videat, multa dissimulet et pauca castiget.*

Ver tudo é — vigilância, relevar muito — prudência, castigar pouco — oportunidade na aplicação da pena.

Dom Joaquim exercia uma vigilância activa, ao mesmo passo discreta sobre o clero, que não lhe percebia o olhar, mas o sentia penetrante na consciência. Era aquele cuidado subtil das almas delicadas, que não humilha, estimula, ao invés, ao cumprimento do dever. Vigilância que parte do

coração, estabelece a mais perfeita solidariedade entre o que governa e o que obedece.

Quem quiser governar para ser obedecido, antes de tudo deve amar os que lhe são subordinados, porque o amor gera o amor, a confiança no superior e o desejo de lhe servir bem.

Quem governa sem amar, não faz amigos, semeia ódios e cria subservientes: é uma máquina, arrasta, não conduz.

Dom Joaquim pôs em prática a ciência de governar, expressa na famosa regra de São Bernardo: *Rector omnia videat, multa dissimulet et pauca castiget.*

S. Excia. amava o seu clero, no que era, plenamente, correspondido pela obediência filial que lhe dedicou, honrando o Pastor pelas suas raras qualidades e pelas excelsas virtudes que praticava com a maior naturalidade.

Prelado de vasta diocese, que abrangia todo o território cearense, elevada, depois da sua renúncia, a arcebispado com três bispos sufragâneos, num longo período de administração poucas vezes houve de aplicar penas canónicas a qualquer dos seus padres.

Na carta pastoral em que comunica ao clero e aos fiéis a sua renúncia ao governo do bispado, lê-se: "Quem governa não raro é obrigado a contrariar alguns para salvaguardar a pureza da fé e os princípios da moral. Mas quando éramos obrigados a usar de algum rigor com os nossos irmãos no sacerdócio, sofríamos, porventura, mais que eles porque, por carácter, somos mais propenso a perdoar que a punir".

Foi, pois, com grande constrangimento que privou do uso de ordens a dois ilustres e virtuosos sacerdotes, na famigerada questão religiosa do Juazeiro, para anos após ter de agir contra dois outros, por se haverem imiscuído em política, num momento inoportuno de agitação e desenfreamento popular, depois do movimento armado que afastou do Ceará seu governador e do partido dominante o seu chefe, o Dr. Nogueira Acióli, que sofreu, no Ceará, a mais violenta oposição que já se fez a um político, considerada hoje injusta por seus maiores inimigos. Era ele um prócer que

figurava entre os primeiros homens públicos brasileiros da sua época.

A história já começa a fazer justiça ao benemérito cearense: as suas virtudes morais e cívicas crescem e fulgem á medida que o tempo recua.

Naquela hora incerta da sua vida, tinha direito ao respeito e á consideração dos homens sensatos da sua terra. Assim, porém, não pensou o respeitável sacerdote, já avançado em idade que, num dos púlpitos sagrados desta cidade, fez acerba crítica ao velho político e à sua respeitável família, cristã e nobre, que, na véspera, embarcara para o sul sob o peso de inopinado infortúnio. O padre, estrangeiro e pertencente a uma Ordem religiosa, desligado, portanto, de qualquer interesse local, nenhum motivo tinha para justificar a sua estranha atitude contra pessoas que, nem sequer, conhecia. Dom Joaquim, num instante, providenciou o seu afastamento do meio viciado, que o dominara de maneira tão violenta, privando-se, embora, da cooperação eficiente de um sábio teólogo.

O outro, moço, ainda, sem prévia licença, deixou de pronunciar o sermão de quinta feira da semana santa, que lhe fora designado, para incorporar-se a uma caravana de propaganda política pelo interior do Estado.

De volta, compareceu à presença do Prelado, para ouvir a declaração de que estava suspenso de ordens. Senhor Bispo, ponderou o censurado: não sei que impressão irá causar ao povo a notícia da pena a mim imposta. Compreendendo a ameaça velada que se lhe fazia, Dom Joaquim redarguiu enérgico: Padre, neste mundo só temo o pecado. Está suspenso...

Foi, de facto, lamentável que, depois de vitorioso o movimento, padres, até então desconhecidos como políticos, entrassem numa campanha contra um vencido que, durante a sua administração, na chefia do Estado, sempre cumulou o clero de atenções, devotando-lhe o maior acatamento e respeito. E vem a propósito referir um facto que pôs em realce esta afirmativa: o Dr. Acioli recebeu do Rio, um telegrama, no qual lhe comunicava haver abandonado a batina

um sacerdote do clero cearense. Ante a dura realidade, o velho estadista só teve um gesto: mandou demitir o signatário do telegrama, da cadeira que ocupava no Liceu, sem atender à sua qualidade de correligionário, conterrâneo, pois era natural do Icó, e amigo particular de sua família.

A mansidão de Dom Joaquim era uma consequência da confiança em sua autoridade, como o era da energia a sua serenidade. Egresso do hospício de alienados certo louco, conhecido pela sua força hercúlea e inominável violência, penetrou um dia o palácio, armado de um martelo, disposto a tudo destruir. Dom Joaquim desce dos seus aposentos, enfrenta o perigo e, como se falasse a uma criança travessa, ordena que lhe restitua a arma que tinha nas mãos. Diante daquela figura branca e frágil como uma hóstia, Tertuliano, sem opor a menor resistência, se desfez do perigoso instrumento, sem articular uma palavra. Repetiu-se a cena do lobo de Gubbio e São Francisco.

Lá fora, uma turma dobrada de policiais, a custo, dominou e prendeu o furioso louco.

A' sua natural austeridade, o grande bispo aliava a mais doce ternura no trato com o clero e com os fiéis. Apesar disto, ninguém lhe tomava a intimidade. Costumava jejuar com o clero de Fortaleza, na quinta feira da semana santa. Depois do repasto, realizado sempre com a maior cordialidade, oferecia a cada conviva um cigarrito. Acendia o que se reservava e mandava que todos o imitassem; mas os que ousavam fazê-lo, por sua insistência, fugiam do ambiente ou fingiam que fumavam.

O palácio era o centro de atracção de todos os padres, que lá iam, mesmo que nenhum negócio houvessem a tratar: era o local certo, onde quase todos se encontravam diariamente.

Dom Joaquim gostava de que os padres do interior fossem seus hóspedes, para ter a oportunidade de sentir as mesmas necessidades, as consolações, as dificuldades desses obreiros desconhecidos, da formação moral das massas, mal compreendidos e mal recompensados; esses infatigáveis des-

bravadores dos campos, em que, por toda parte, se semeia e se cultiva a sementeira do Bem.

O pároco tem raizes no chão como o campónio. Não é um estranho. Geralmente pobre, pois quase sempre é de família modesta, conhece bem a vida dos que ganham o pão com o suor do rosto. Não teme o trabalho nem a miséria. Por muito elevadas que sejam em si as funções sacerdotais, o pároco não deixa de aproximar-se das suas ovelhas pela semelhança de gostos e ocupações. A casa do pároco é o asilo acolhedor dos pobres e dos aflitos que lhe conhecem o caminho.

Dom Joaquim, por compreender perfeitamente que uma paróquia por melhor que seja, é sempre um calvário, e o pároco, por pior que seja, é sempre a vítima que se imola, a cada momento, pelas almas que lhe são confiadas, e que dispensava a seus cooperadores imediatos toda a consideração e os cercava de todo o prestígio de que era capaz.

Inacessível à delação, difícilmente cria nas denúncias, que lhe chegavam contra qualquer padre. Para tomar a providência que o caso, por ventura, exigisse, era preciso que a queixa lhe não causasse a menor dúvida. Certa vez, mandou que um delator escrevesse e assinasse o que, oralmente, arguía contra um vigário. Pela negativa, descobriu a malícia da intriga. Alguém lhe mostrou tremenda objurgatória, publicada em um jornal contra determinado sacerdote. Já li, respondeu. E' um padre exemplaríssimo esse, pois, vítima de tantas injúrias, nenhuma alusão se faz á sua vida particular. De facto, esse é o alvo preferido das setas da maldade humana — é o calcanhar de Aquiles dos ministros de Deus.

Infenso que era às costumeiras intrigas em que, constantemente, se envolvem os eclesiásticos, procurava anular a acção dos inimigos impalpáveis, dando prestígio aos padres nas funções que exerciam, mesmo as menos destacadas. Por maior e mais íntimo que lhe fosse o amigo, preferia o padre, por mais modesto que fosse.

Se o pobrezinho errava, procurava acomodar as coisas de maneira a não lhe tirar o estímulo.

O vigário de certa paróquia de Fortaleza pediu a seu coadjutor para presidir à sessão de uma irmandade, na qual se ia resolver um caso pertinente à economia interna da mesma, e contra o qual o vigário se insurgira. O coadjutor de nada estava sabendo. Aberta a sessão, explanada a matéria para a discussão, o director "ad hoc" tomou a posição contrária á maioria das senhoras presentes. A sessão tornou-se tumultuária, os ânimos se exaltaram.

O padre, jovem e inexperiente, não podendo manter a ordem, bradou: está suspensa a irmandade. Depois reflectiu e verificou que praticara uma arbitrariedade de graves consequências.

Corre, angustiado, ao palácio para avisar ao senhor Bispo o que havia feito. Menino, não podias suspender a irmandade, que é acto episcopal. Devias ter levantado a sessão. Mas está suspensa a irmandade. E não houve jeito, nem empenho, nem pedido que fizesse Dom Joaquim voltar atrás.

Só depois de algum tempo, quando as coisas estavam calmas, é que mandou, inesperadamente, o Vigário geral levantar, pessoalmente, a interdição e celebrar a primeira missa de concórdia no altar do padroeiro da irmandade.

Dom Joaquim procurava entrar em intimidade com seus padres, para conhecê-los e melhor julgá-los. Com esse objectivo, deu ordens ao Reitor do Seminário que lhe mandasse, aos domingos, dois teólogos para lhe ajudarem a missa, na capela episcopal. Depois do acto religioso, fazia a sua primeira refeição com os seminaristas, que se revezavam todas as semanas, e com os quais conversava paternalmente.

Dom Joaquim era humano e, como tal, não podia fugir às exigências da própria natureza. As tendência do coração, ás vezes, são irresistíveis, e foi ao sentí-las imperiosas, dentro de si, que Terêncio, célebre poeta latino, reconhecendo-se homem, escreveu que nada de humano lhe era estranho: *Homo sum, humani nihil a me alienum...*

Formado da mesma argila de que os outros homens o são, o inolvidável bispo foi passível de preferências e reservas. Entretanto, jamais se deixou levar por seus senti-

mentos pessoais no cumprimento do dever pastoral. Se alguém lhe percebia a predilecção, dela não se envaidecia, como modificava o conceito o que se julgava à margem, porque tudo se aclarava na distribuição da justiça.

Na reunião do episcopado do Norte, realizado no Recife em 1908, ficou deliberado que, no triénio seguinte, a reunião seria em Fortaleza.

De facto, em Agosto de 1910, aqui se encontraram todos os bispos das dioceses de Manaus a Baía, inclusive o Arcebispo Primaz. Entre eles figurava o eminente bispo de Olinda, D. Luís Raimundo da Silva Brito. Quase todos os prelados vieram desacompanhados de secretários. A estes e á maioria dos congressistas prestei alguns obséquios, que muito os sensibilizaram.

De volta à sua diocese, D. Luís solicita do seu venerando colega do Ceará permissão para conferir o título de cónego honorário da Sé de Olinda a determinado sacerdote do clero cearense.

Dom Joaquim manda chamar-me e pede-me o favor de passar uma carta a limpo. A letra, como sempre, ilegível, mas eram-me familiar aqueles hieroglifos, pois desde seminarista lhe vinha prestando esse serviço, na qualidade de seu secretário particular.

A carta, cujo assunto até então de mim desconhecido, era uma resposta negativa á consulta que lhe fizera D. Luís, sob a alegação de que era jovem o candidato (contava apenas 28 anos) e dos poucos serviços pelo mesmo prestados à Igreja. Ao terminar a tarefa, D. Joaquim procurou explicar-se, afirmando que o título seria para mim ocasião de muitos aborrecimentos e de comentários entre os mais velhos, que se achariam com mais direito àquela dignidade. Beijei-lhe o sagrado anel e, sem mostras de contrariedade, ia-me fazendo ao largo, quando ouço: Volte. Pensei... terá se arrependido? Venha completar o favor. Faça o sobrescrito da carta.

Creia, leitor: o golpe feriu profundo a minha sensibilidade moral, mas, em compensação, a firmeza, a afeição e o raciocínio com que agiu o Superior cavaram-me, no cora-

ção, uma nova fonte de estima e de respeito acrisolado ao homem mais sincero e leal que já conheci.

DOM JOAQUIM NA INTIMIDADE

Após as solenes cerimónias litúrgicas da chegada e posse da diocese, ao penetrar o palácio episcopal, o novo bispo ali encontrou, residindo, o padre Francisco de Assís Pinheiro. Este sacerdote, natural de Minas, aqui veio atraído pela fama do clima, que se dizia favorável à cura da enfermidade de que era vítima. Era sabido que o padre Chiquinho, como vulgarmente o chamavam, era para ter viajado em companhia de D. Luís, o que não lhe foi possível realizar, por haver tido nas vésperas da partida uma das crises do mal que lhe arruinava a saúde. Mesmo assim enfermiço, atravessou toda a administração do primeiro bispo e parte da do segundo, a cuja sombra veio a falecer, ultra-septuagenário, depois de 43 anos, bem vividos, na terra que escolheu para morrer velho.

O padre Chiquinho, de compleição débil, não podia prestar ao novo prelado qualquer serviço pessoal, senão o da boa convivência, que parecia deliciosa, pelas suas maneiras exteriores.

Se pelo semblante se conhece o homem, como afirma a Sagrada Escritura, pelos traços do rosto o que é sensato: *ex visu congnoscitur vir et ab occursu faciei cognoscitur sensatus est,* a sentença bíblica bem se podia aplicar áquele grande sacerdote de pequenina estatura. Homem de fé e ardente zelo pelas almas, procurava preencher as possíveis lacunas do seu ministério sacerdotal com alguns trabalhos em proveito da piedade dos fiéis e das suas enfermidades corporais.

Com esse propósito, dirigia o Apostolado da Oração da Catedral, ao mesmo tempo que era o director geral da mesma associação em toda a diocese, função que lhe tomava quase toda actividade. Era capelão da irmandade de São Luís de Gonzaga, que fundara e dirigia na mesma igreja e,

ocupava o cargo de fabriqueiro da Sé. E, finalmente, entregava-se ao ao serviço de redacção e direcção do hebdomadário católico — "A Verdade", de que era fundador e distribuidor. E ainda lhe sobrava tempo para cuidar dos pobres, que o procuravam a toda hora, para receitar-se e receber os remédios, que ele tudo resolvia com a aplicação da inocente homeopatia.

Dom Joaquim deixou o companheiro entregue às suas ocupações predilectas, consentâneas com as suas possibilidades físicas. Não costumava desviar padres do ministério sagrado para se darem a ocupações que outros podiam tomar. Na Câmara eclesiástica, por exemplo, havia um só sacerdote, que exercia o cargo de secretário, sendo as funções de escrivão e encarregado do registo de documentos, e arquivo confiadas aos professores aposentados — Manuel Jorge Vieira e Tristão Pacheco Spinosa, homens de bem a toda a prova. Os patrimónios de São José e de Nossa Senhora do Rosário eram dirigidos pelos respeitáveis anciãos — Arcádio de Almeida Fortuna e Licínio Nunes de Melo. Está aí por que Dom Joaquim procurou uma pessoa que lhe servisse a si e, ao mesmo tempo, à casa, em outros misteres indispensáveis. A escolha do candidato recaiu em Manuel Cavalcante Rocha, moço solteiro, celibatário, um tipo singular, magro, feio, desajustado e cheio de momices, mas rico de virtudes e das qualidades essenciais a um fâmulo de casa religiosa, sem os atractivos da rua e onde cheira incenso e impera o silêncio.

O novo serventuário seria sacristão, copeiro, esmolér e porteiro de palácio. Dom Joaquim deu-lhe uma batina, a qual só podia usar quando lhe ajudasse a Missa, ou o acompanhasse nas visitas que tinha o hábito de fazer às pessoas das suas relações. O povo logo atribuiu à estranha figura o apelido de — "Manèzinho do bispo", alcunha que lhe ficou bem e o acompanhou à sepultura. Ainda hoje Manèzinho do Bispo é lembrado.

O ridículo aparente que envolvia aquele moço, com aspecto de velho, vestido de sotaina, não atingia a dignidade da pessoa a que ele acompanhava: o desalinho do fâmu-

lo era a sombra que dava relevo ao quadro que emoldurava a humildade e a simplicidade do Pastor.

Manèzinho fez-se filósofo e astrónomo, e então encheu os jornais, que lhe disputavam a estravagante colaboração, de máximas e pensamentos, assim concebidos: "O homem que não ama a sua pátria é um bocório comedor de banana com rapadura". "Quem quiser conservar a fruta em bom estado, não tire a casca, assim os bons escritores em suas capas e envelopes derramam perfume pelo conteúdo que busca as virtudes encapadas na inocente modéstia". "E' um grande martírio trabalhar avexado, com especialidade na literatura, que faz escaldar a cabeça". "A inveja matou Caim e é das piores cousas para mim pobre escritor".

Em astronomia, comparou o firmamento com uma casa de família, cujo sol é o pai, a lua a mãe, as estrelas a filharada.

Ainda mais: "o dia mais comprido é quando dá 6 horas da tarde e o sol ainda está visível, o bom relógio dando 6 horas da manhã e o sol não tendo apontado é bom sinal que a noite foi comprida e muito enfadonha para os que não oraram". "Os segredos da "Astronomia Nova" estão no emblema e nas três escadas, é preciso estudar com atenção para melhor se poder compreender as ciências de planetas luminosos, intitulados sol, lua e estrelas".

Ia, às vezes, dar aulas de astronomia aos seminaristas. Eram horas delirantes de alegria para a meninada, em recreio.

Já hoje os folhetos de Manèzinho do Bispo constituem obra rara e procurada.

Dom Joaquim, com aquela gravidade que lhe era natural, não tolerava a actividade ridícula do seu serviçal, no campo literário. Um dia chamou-o e lhe proíbiu continuar a escrever. Pagou-lhe as despesas que ele fizera com a publicação dos tais folhetos e ordenou que os queimasse imediatamente. Mas Manèzinho, na maior calma, prosseguiu com seu comércio de livros. Dom Joaquim interpelou-o a respeito.

O escritor explica-se: V. Excia. não mandou que os

paciente com os pobres, mas é espeloteado. De facto, Manè-Manèzinho não fez *blague*: cumpriu a ordem, ao pé da letra, comercialmente.

Dom Joaquim, comentando o facto, sem acrimonia, disse: Manuel é um bom homem, honesto, puro de costumes, paciente com os pobres, mas é espoletado. De facto, Manèzinho exercia com edificante paciência o ofício de esmolér do palácio. De aspecto ingénuo, era, ao contrário, egoísta e sabido.

Quando servia à mesa, ia, jeitosamente, afastando dos comensais os pratos que mais lhe apeteciam. Fez-se herdeiro do estojo homeopático do padre Chiquinho e da habilidade do santo velhinho em ensinar remédio. E sem entender do ofício passou a exercer a medicina, a torto e a direito, entre os pobres.

Após a sua renúncia, Dom Joaquim passou a residir no prédio que pertencia à União do Clero, à Avenida D. Manuel, o mesmo em que, actualmente, se instala o grupo escolar — Clóvis Bevilaqua.

Manèzinho não o quis acompanhar. A' pessoa que lhe criticou a fria ingratidão, o velho fâmulo respondeu: o meu lugar é aqui. Ele é que se foi embora. E ficou no palácio, meio imprestável, até morrer à sombra da caridade de D. Manuel.

Com o falecimento do padre Chiquinho, Dom Joaquim, sentindo-se só, pediu ao Reitor do Seminário, o padre Júlio Simon, que lhe mandasse um aluno do curso superior para servir-lhe de companheiro.

A indicação do meu nome causou-me certa surpresa: a austeridade da função que me era designada colidia com o meu temperamento: era eu dos mais alegres seminaristas.

Entretanto, diga-se de passagem, jamais, por isto, recebi a menor admoestação, nem o meu direito de rir e fazer rir aos outros sofreu qualquer restrição.

Acolhido, paternalmente, pelo inolvidável Bispo, afizme ao meio, adaptei-me, perfeitamente, àquele ambiente de solidão, a que eu era completamente estranho. E ali perma-

neci até o dia da minha ordenação sacerdotal, aos trinta de Novembro de 1904.

Dom Joaquim era, por índole, social e comunicativo, apesar da gravidade das suas maneiras.

Entre as narrativas que ouvi dos seus lábios, a que mais me impressionou foi a da vocação de D. João Baptista Correia Néri, primeiro bispo de Campinas. D. Néri foi um grande Prelado e, entre os maiores filhos que ilustram a galeria paulista, figura o eminente bispo, que é também uma glória da Igreja, de cuja nobreza fez parte, com o título de Conde romano.

Contava Dom Joaquim que o menino João Néri lhe revelara o desejo de ser padre. Pensando que aquilo fosse efeito do meio religioso em que ele vivia, pois era seu afilhado e ajudante de missa, não quis de logo crer naquela vocação. Passados alguns anos, quando João Néri, em plena mocidade, já era escritor e dramaturgo, escolheu o momento em que a glória humana lhe sorria, para perguntar-lhe se perseverava no propósito de seguir a carreira eclesiástica. Aquela oportunidade a que se referia Dom Joaquim foi a em que o moço deixava o teatro da sua terra, ovacionado, cercado de amigos pelo brilhante êxito da representação da sua primeira peça teatral. Com a resposta afirmativa, João Neri, poucos dias depois, internava-se no Seminário de São Paulo para ser o que — um sacerdote altamente conceituado.

Não estacionou no primeiro degrau da jerarquia eclesiástica, pois logo foi elevado à dignidade superior de bispo da diocese espiritosantense, onde pouco se demorou, por ter sido transferido para o novo bispado de Campinas, sua terra natal. E, assim, teve a suprema ventura de pontificar na mesma igreja a que serviu, outrora, como simples acólito nas cerimónias do culto.

Seduzido pelo encanto de uma reunião que se fazia, todas as noites, no palácio episcopal, um grupo de amigos de Dom Joaquim ali se congregava em torno da sua pessoa grave e atraente, especialmente pela simplicidade com que se apresentava para recebê-los. S. Excia. aparecia, exibindo apenas a cruz peitoral, sem faixa, sem meias, calçando uns

chinelos leves, os quais deixava no soalho, com os pés suspensos sobre os mesmos, batendo um contra o outro. De vez em quando, acendia um cigarro de palha, que ele mesmo preparava, em meio à palestra sempre animada e cordial. Assim mesmo, desataviado, nada perdia da sua dignidade: o respeito e a veneração com que todos o acolhiam era como se estivesse revestido dos paramentos pontificais, de mitra e báculo.

Numerosos eram os seus amigos, mas a presença dos mesmos variava, cada noite, de número e pessoa. Do tempo em que residi no palácio, vêm-me à lembrança os nomes do desembargador Paulino Nogueira, dr. Epaminondas da Frota, dr. Francisco de Assis Bezerra de Meneses, dr. Anselmo Nogueira, dr. João Nogueira, dr. Virgílio de Morais, dr. Eduardo Salgado, dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, dr. Francisco Barbosa de Paula Pessoa, Barão de Studart, e diversos outros amigos de reconhecida cultura, como Júlio César da Fonseca, José Albano e Felino Barroso.

Além destes nomes citados, eram assíduos fraquentadores de notável roda os senhores Barão do Camucim, José Meneleu de Pontes, Licínio Nunes e Arcádio de Almeida Fortuna, cidadãos de comprovada probidade e da mais alta posição social; e alguns venerandos sacerdotes do clero de Fortaleza. De todos, o coronel Felino Barroso é o único sobrevivente; hoje ultra centenário, reside no Rio, no gozo pleno das suas faculdades mentais, ao lado do filho, o ilustre escritor brasileiro Gustavo Barroso, que, na meninice, ás vezes acompanhava o pai àquela memorável tertúlia. E, como representante do Ceará, na Câmara Federal, fez, com outros da bancada paulista, o necrológio de Dom Joaquim, falecido naquela época.

Ás 8,30 Manèzinho vinha avisar que o chá estava preparado. Mas, que chá? Algumas bolachas, xícaras desencontradas e um pouco de manteiga. Dom Joaquim olhava aquilo com a naturalidade de quem estivesse a oferecer a seus comensais uma ceia lauta. Depois daquele ligeiro repasto, a roda se desfazia. Um dia, o desembargador Paulino No-

gueira, edificado com tamanho desprendimento, me segredou ao ouvido: "este chá é a minha oração da noite".

Dom Joaquim era emotivo, em flagrante contraste com a sua reconhecida austeridade.

Não podia ouvir a narrativa de um acto de heroísmo ou de generosidade, nem assistir a qualquer cena ou cerimónia que lhe ferisse a sensibilidade, sem se comover e chorar. E, ao repetir o que ouvira contar ou presenciar com os próprios olhos, as palavras lhe caíam dos lábios trémulos, húmidos de lágrimas.

Certo dia, um grupo de exaltados invadiu, para destruir, uma casa comercial, fronteira à em que ele morava, depois que se retirou do palácio episcopal. O pretexto para justificar aquela inominável violência era pertencer à política contrária à do Governo do Estado o proprietário da casa assaltada. Esse facto, que parece incrível, passou-se mais ou menos em Fevereiro de 1914, poucos dias antes de tomar posse da interventoria federal do Ceará o coronel Setembrino de Carvalho, encarregado, pelo Presidente da República, de fazer voltar o Estado ao regime da ordem, profundamente alterada pelo movimento revolucionário do Juazeiro.

Dom Joaquim, ao contemplar aquela devastação selvagem numa propriedade particular, chorou por lhe não ser possível socorrer a vítima, a sua família em desespero, e defender-lhes os bens atirados à rua, entregues à mais desenfreada rapinagem. A vítima de tão inauditos vexames ainda vive: é o senhor João de Sá Cavalcante, genitor do monge beneditino D. Jerónimo de Sá Cavalcante, do Mosteiro de S. Bento, da cidade do Salvador.

Não podia deixar de ser tecido de fios tenuíssimos um coração sensível assim. A delicadeza era um atributo inerente à sua alma, oculta à flor de um rosto calmo e enérgico. Mas, certa vez, excedeu-se em benevolência. A uns trabalhadores, que procediam à limpeza da pracinha fronteira ao palácio, mandou chamar para dar-lhes uma merenda. Mais tarde, um deles voltou para lhe pedir certa quantia por empréstimo. Achou estranha aquela liberdade e ponderou: a

autoridade não pode inclinar-se demais para o vulgo, porque este não apanha o sentido da certas liberalidades.

Aquela delicadeza, porém, lhe saía do coração, como da planta sai a flor, espontaneamente: não conhecia óbices.

Aos domingos, fechadas as portas da secretaria eclesiástica, um manto de tristeza envolvia o ambiente palaciano: o santo Bispo recolhia-se a seus aposentos, no primeiro andar, e Manèzinho entregava-se, invariàvelmente, à leitura da História Sagrada, em voz de cantochão, aumentando a melancolia da casa. Não podia, nem me queria servir da companhia: andava macambúzio, sentindo-se diminuído com a preferência que seu patrão dava ao seminarista, levando-o como secretário nos seus passeios costumeiros.

Para remediar aquele isolamento, Dom Joaquim pediu ao Reitor do seminário que mandasse outro seminarista passar, no palácio, os dias feriados. O Sousa, meu colega de ano e único de ordenação, era sempre o indicado para aquele fim. Este meu condiscípulo é o mesmo Monsenhor Francisco Silvano de Sousa, reitor do seminário e vigário geral da diocese de Pelotas, que, por duas vezes, recusou a mitra de dois bispados do sul. Monsenhor Sousa, antes de deixar o Ceará, foi professor da antiga Escola Normal e do Seminário de Fortaleza. E constitui um dos grandes vultos do clero nacional.

Quem, jamais, pôde vencer Dom Joaquim em generosidade? No dia seguinte ao em que me conferiu as ordens sacras, assistiu à minha primeira missa, celebrada na igreja do Colégio da Imaculada Conceição, sem qualquer aparato pontifical. E, na cerimónia do beija-mão, que se segue às missas novas, foi ele o primeiro a aproximar-se do neo-sacerdote para depor, como simples fiel, o ósculo simbólico nas mãos que, pela primeira vez, tocavam o corpo de Jesus sacramentado. E, às 11 horas, abria o refeitório do Palácio para o almoço que oferecia à família do novo padre e às pessoas que ele mesmo escolheu e convidou para tomarem parte naquele inesquecível ágape.

Dessa passagem da minha vida, a maior, porque nunca mais experimentei emoção igual, guardo de memória e

no coração o brinde que o padre Rodolfo Ferreira da Cunha, ainda muito jovem, dirigiu a meu pai, aplicando-lhe o *nunc dimittis* que o profeta Simeão pronunciou ao receber o Menino Jesus, dos braços de Maria Santíssima: "agora, Senhor, posso morrer: meus olhos já viram o Salvador". E, trinta dias depois das alegrias da minha ordenação sacerdotal, meu pai entregava a alma a Deus, com 87 anos de idade.

São conhecidas e bem lembradas pelos protagonistas as diabruras que praticavam, quando crianças travessas, na chácara do palácio episcopal: pulavam o muro, invadiam o sítio, sem temor e sem obstáculos. Pressentidos, eram chamados à presença do dono da casa para ouvirem sempre a mesma recomendação: comam as frutas maduras, não estraguem as verdes, nem atirem pedras nos pássaros. Carlos Braga e Oscar Barbosa eram, então, os chefes da turma invasora. E hoje, passados tantos anos, comentam com os companheiros vivos do bando vadio os bons e saudosos momentos passados na chácara do Bispo, cuja imagem lhes ficou, como a de um santo, gravada na retentiva, indelèvelmente.

Poucos meses antes de renunciar às suas funções diocesanas, resolução que a ninguém revelou, Dom Joaquim me disse: Já fiz as minhas disposições testamentárias. Você vai herdar as fivelas de ouro. Peço licença para usá-las, enquanto estiver no governo do bispado. De facto, m'as entregou logo que se recolheu à vida privada.

E que testamento seria aquele? Aberto, depois do seu falecimento, o que foi que lá se encontrou? Poucos objectos de uso episcopal: o báculo destinado ao bispo de Botucatú, a cuja jurisdição está sujeita Itapetininga, a sua cidade natal; a preciosa cruz peitoral, dádiva da baronesa D'Ávila, na época da sua sagração, à Santa Casa de Campinas; o anel pontificial para seu afilhado, D. João Néri; e dois anéis simples, sendo um para o antigo mestre de cerimónias do sólio, Mons. Vicente Macaíba, que lhe serviu também como secretário do bispado, e o outro, que tinha gravado na ametista a imagem de Nossa Senhora das Dôres, para o Mons. Liberato D. da Costa, muito devoto dessa invocação da Santíssima Virgem e um dos seus mais dedicados amigos. De

todos esses herdeiros resta um único sobrevivente — o que guarda de lembrança a preciosa relíquia das fivelas.

Desprendido ao extremo, Dom Joaquim, por mais que procurasse ocultar os seus méritos e qualidades, mais realçavam elas em sua pessoa. A virtude é como a luz: onde aparece, brilha. Tendo influência decisiva nos meios sociais e políticos de São Paulo, jamais disso fez praça.

Quando correu a notícia de que os jagunços revolucionários do Juazeiro invadiram a cidade de Fortaleza, o interventor Setembrino de Carvalho recebeu instruções do então Ministro da Justiça, o dr. Herculano de Freitas, genro do senador general Francisco Glicério, para cercar de todas as garantias a pessoa do amigo do seu respeitável sogro. Dom Joaquim, anjo tutelar do Ceará, não precisava daquelas medidas de segurança pessoal: era ele o maior amparo, a maior garantia da cidade ameaçada. Entretanto, prevaleceu-se da evidência do seu nome, naquele momento de apreensões colectivas, para ir ao Quartel federal e voltar trazendo seu afilhado, Ildefonso Albano, genro do presidente deposto, que ali se encontrava detido.

A maneira altamente cordial com que foi recebido pelo chefe do Governo e oficialidade presente à recepção do destemido Bispo; as continências militares que lhe foram prestadas, revivendo as que, na Monarquia, eram atribuídas aos bispos, que gozavam das prerrogativas de príncipe, causaram-lhe tal e tamanha emoção que, por uns instantes, teve os passos embargados.

O cónego, depois Monsenhor João Alfredo Furtado, então cura da catedral, que o acompanhou naquela memorável visita, o amparou nos braços.

O general Pinheiro Machado, chefe da política interna do país, era um dos seus maiores admiradores. Nunca, porém, se lhe ouviu uma referência às suas ligações com o eminente brasileiro. No Ceará, não se conhecia a intimidade existente entre dois homens públicos. Mas, como sentencia o Evangelho: "nada oculto que não se venha a revelar" — *nihil occultum quod non revelabitur*, já no fim da sua admi-

nistração, veio a saber-se do seu prestígio junto ao senador gaúcho.

Não havia meio de decidir-se o caso da aquisição do palácio episcopal. O dr. Virgílio de Morais, notável jurisconsulto patrício, vivamente empenhado por que o bispado não se privasse de tamanho benefício, interferiu na lide e, graças à sua acção, Dom Joaquim concordou em apelar para o General Pinheiro Machado, solicitando dele o favor de conseguir, no Ministério da Fazenda, pressa no andamento do processo de transferência daquele próprio nacional para o património da diocese.

Como se viu, a solução foi rápida. Deve-se, pois, ao saudoso cearense, dr. Virgílio de Morais, a oportuna lembrança, que deu em resultado a imediata satisfação do maior anseio do bispo benfeitor desta terra, que amou mais que a do seu nascimento, e nela tantos benefícios semeou, orvalhada com o suor das suas fadigas.

Dom Joaquim foi o tipo modelar do apóstolo que Jesus Cristo idealizou e São Paulo definiu, na epístola, que escreveu ao discípulo Tito, a qual se encontra no Breviário, entre as lições dos confessores pontífices: "é necessário que o bispo seja sem mancha, sem armas, pacífico, caridoso, paciente, hospitaleiro, justo, santo, cheio de esperança e de sabedoria, como convém a um ecónomo de Deus: *sicut dispensatorem Dei aportet.*

RENÚNCIA

O primeiro passo que Dom Joaquim deu em preparação à renúncia às funções diocesanas foi a de pedir à Santa Sé um Cirineu que lhe aligeirasse o peso da cruz. Não era aquela cruz que lhe brilhava no peito, mas a de ferro que esmaga os ombros e a de ouro disfarça. A cruz episcopal é simbólica, como a mitra de pedras preciosas, que se ajusta à fronte do bispo, é a mesma coroa de espinhos de Jesus Cristo. Ninguém se iluda com as pompas exteriores de que se cerca a sua dignidade hierárquica. As fivelas douradas, que

lhe adornam os sapatos, lembram a renúncia aos bens materiais.

O palácio, em que reside, é o Tabor que esconde o Calvário das mil atribulações em que se crucifica, dia e noite, o Pastor da uma diocese. Aí está porque tantos sacerdotes de mérito recusam a dignidade episcopal: uns, talvez, por se considerarem desprovidos das qualidades requeridas para a elevada investidura; outros, por não terem vocação para o martírio, porque, de facto, ser bispo é ser mártir.

Com setenta e seis anos de idade, Dom Joaquim conservava o espírito pronto para o sacrifício e lúcido para governar. Mas o peso dos anos, que, apesar de tudo, nunca fizera vergar para o chão seu corpo varonil, e os achaques da velhice levaram-no á convicção de que ao bispo, antes de tudo, importa visitar, pessoalmente, o rebanho, a despeito des agruras das viagens pelo sertão ardente e das longas distâncias incompatíveis com o estado precário da sua saúde. Foi, por isto, por dever de consciência, que Dom Joaquim lançou mão do recurso canónico de pedir um bispo auxiliar.

Dom Joaquim afirmou, em documento público, que "depois de sondar o ânimo de diversos sacerdotes cearenses, que se mostraram esquivos, dos quais não menos de cinco haviam recusado a missão episcopal", se dirigiu a D. Jerónimo, cearense, Arcebispo da Baía e Metropolita da província eclesiástica, a que pertencia a diocese do Ceará, e lhe entregou a solução do caso. O Arcebispo Primaz, achando justas as causas apresentadas pelo venerando colega, tomou em consideração o apelo que lhe fora feito e, pouco depois, surgiu o nome do cónego Manuel Antônio de Oliveira Lopes, do clero baiano, eleito bispo de Tabes. D. Manuel Lopes chegou a Fortaleza a 20 de Novembro de 1908, demorando-se aqui apenas ano e meio, pois foi logo transferido para ocupar a sede episcopal de Alagoas.

De novo Dom Joaquim recorreu à Santa Sé, pedindo-lhe outro Auxiliar. Dessa vez, a escolha do candidato recaiu em outro sacerdote baiano, o cónego Manuel da Silva Gomes, que aportou às nossas plagas com o título de bispo de Mopsucstia, a 9 de Fevereiro de 1912.

"Estava remediada a falta, escreve Dom Joaquim, mas, refletindo bem em nossa consciência, sem a ninguém consultarmos, chegámos à convicção de que para o maior bem da diocese era de conveniência que deixássemos o seu governo, pois, pertencendo-nos a plenitude da autoridade episcopal, não podíamos exercê-la em todas as suas partes, por não nos permitirem as forças; por outro lado, o nosso Exmo. Auxiliar, por mais amplas faculdades que lhe déssemos, ver-se-ia, algumas vezes, embaraçado no exercício das suas sagradas funções. Nestas condições, posto que muito penoso seja para o nosso coração separarmo-nos dos nossos antigos diocesanos, no dia 14 de Março do corrente ano, 34 dias depois da chegada do Exmo. e Revmo. D. Manuel a esta diocese, nos dirigimos à Nunciatura Apostólica, pedindo-lhe apresentasse ao Santo Padre a nossa súplica no sentido de aceitar a nossa renúncia e nomear o Exmo. e Revmo. D. Manuel, bispo catedrático desta diocese".

Aceita a renúncia de Dom Joaquim, a 8 de Dezembro do mesmo ano D. Manuel assumiu a suprema direcção do Bispado.

A solenidade da posse se verificou na antiga Catedral, na tarde da festa da Imaculada Conceição, com a presença de todas as autoridades civis e numerosa assistência. Não me sai da memória a cena comovedora que então se passou: em dado momento prescrito pelo cerimonial, o venerando ancião desce os degraus do seu antigo trono, com a alma espedaçada, talvez, mas sem trair a majestade do porte, vai buscar o novo Pontífice para o elevar ao sólio, onde por 28 anos exerceu, no mais alto grau, a supremacia da bondade e do amor.

No dia seguinte à posse do novo diocesano, data que coincidia com a da comemoração do vigésimo nono aniversário da sua sagração episcopal, Dom Joaquim recolhia-se à vida privada na sua residência particular, no local precitado, no bairro da Aldeota.

E ali permaneceu ano e meio, isto é, de Dezembro de 1912 a Abril de 1914, quando se transferiu, definitivamente, para a cidade de campinas, terra que bebeu as primeiras

bagas de suor do seu ministério sacerdotal, destinada pela Providência para possuir e guardar os restos sagrados do imortal brasileiro.

Dom Joaquim desejava terminar os dias no Ceará, onde viveu mais tempo como bispo que, em São Paulo, como presbítero. Ele mesmo é quem o declara na já referida pastoral publicada na época da sua renúncia. "Amamos o Ceará, e, como não ser assim, se aqui estamos há quase 29 anos de convivência com este heróico povo? Percorremos todo o seu território; tratámos com todas as classes — as famílias, os protegidos, os desprotegidos da fortuna; os velhos e os moços; os sertanejos, lavradores e vaqueiros... Administrámos o santo Crisma a milhares de cearenses, conferimos Ordens sacras a oitenta filhos desta terra. Presenciámos a desolação que causam as secas, produzindo, na diocese, deploráveis extremidades. Estas circunstâncias fazem criar raizes ao amor, de sorte que estamos identificados com o Ceará.

Mas, se tudo isto não basta para provar o meu amor a esta terra, seja-me permitido revelar dois factos que grandemente corroboram esta asserção". Dom Joaquim aludia à sua recusa, já reefrida neste trabalho, ao convite que, em épocas diferentes, lhe fôra feita para reger duas importantes dioceses do Brasil — Rio Grande do Sul e São Paulo.

Destas palavras escritas por Dom Joaquim com tanta alma conclui-se que era, realmente, grande o seu amor ao rebanho que apascentou por longo espaço de tempo e sincero o seu propósito de não abandoná-lo senão pela morte. Era esta a convicção que pairava na consciência coletiva. A notícia de que S. Excia estaria resolvido a regressar a São Paulo causou à sociedade cearense a mais dolorosa surpresa. Dom Joaquim convenceu-se de que a sua presença estaria causando estorvo a D. Manuel, na realização das reformas, porventura oportunas e inadiáveis, reclamadas pela evolução do tempo que, de certo, seu sucessor desejaria imprimir à sua administração. E, então, não houve quem o demovesse da resolução, inabalável, que tomou de deixar livre o campo de acção ao novo Prelado.

Reconhecida irrevogável a sua deliberação de ir-se para

longe, incalculável foi o número de pessoas que o procuraram para dizer-lhe uma palavrinha de despedida.

E causavam-lhe ao coração tão rude sofrimento aquelas manifestações de filial carinho, que acabou por encarregar ás pessoas que com ele estiveram de pedir aos que ainda pretendiam visitá-lo, o favor de não o fazerem, para lhe não aumentar a angústia das saudades.

Afinal, a 19 de Abril de 1914, S. Excia deixa o Ceará, em demanda das plagas longínquas do Sul. Foi, sem dúvida, um lance comovente o do embarque do santo velhinho: a ponte que dava acesso ao porto encheu-se literalmente de incomputável massa humana, na ânsia de prestar-lhe as últimas homenagens e dele receber a bênção de despedida. Foi debalde: um frio de tristeza gelou a assistência. Ao divisar a multidão que o aguardava, Dom Joaquim desprendeu-se de D. Manuel e do General Setembrino de Carvalho, que lhe amparavam os passos trôpegos e, levando as mãos aos olhos, repetia entre soluços: "Não quero ver ninguém..."

Acompanhado de uma comitiva, composta dos padres dr. Misael Gomes, representando o clero, Luís de Carvalho Rocha, por dedicação pessoal, e o enviado especial do Governo do Estado, Dom Joaquim lançou seu derradeiro olhar às alvinitentes praias de Iracema, que não prendem os coqueiros sòmente, mas também os corações.

E' oportuno transcrever-se aqui, *ipsis litteris*, o documento oficial que credencia o sacerdote designado para a honrosa incumbência de acompanhar o venerando itinerante:

"Palácio da Presidência, 16 de Abril de 1914.

Ao Revmo. Sr. Pe. José Quinderé.

Em homenagem ao virtuoso Prelado Dom Joaquim José Vieira, que se retira para o Estado de São Paulo, sua terra natal, o Governo do Estado resolveu incumbir V. Revma. da honrosa missão de acompanhar a S. Excia. Revma. até ao lugar da nova residência, como um testemu-

nho da gratidão do Ceará àquele que, durante seis lustros de missão evangélica, tanto concorreu para a educação moral da família cearense, que, ao receber as suas despedidas, começa a lamentar a ausência de tão egrégio Pastor. O Governo do Estado, esperando que V. Revma. não recusará essa honrosa incumbência, põe à sua disposição, na Secretaria da Fazenda, a importância de um conto de réis (1.000$000) para ocorrer às despesas da viagem e uma requisição de passagem de 1a. classe, de ida e volta, deste porto ao do Rio de Janeiro. Saudações. Ass.: *General Fernando Setembrino de Carvalho*".

Em todos os portos, os senhores Bispos e representantes do clero iam acolhendo o decano do episcopado brasileiro, que tanto o glorificou, com mostras de indisfarçável pesar, ao verem de armas ensarilhadas o valente batalhador da primeira linha. Na Baía, porém, a recepção a S. Excia. tomou feição inédita causando-lhe a surpresa não pequena emoção: aguardava-o uma luzida comissão de campinenses escolhidos, chefiada pelo dr. António Lobo, presidente da Assembleia estadual paulista, que lhe veio trazer as primícias das "boas vindas" que lhe mandavam a terra da sua predilecção.

No Rio, como hóspede do Mosteiro de São Bento, Dom Joaquim demorou alguns dias, para cumprir e retribuir certos deveres de cortesia.

O seu grande amigo, Senador Pinheiro Machado, havia lhe preparado aposentos na sua aristocrática residência, no chamado "Morro da Graça", sem esquecer a indispensável capela, onde seu ilustre hóspede poderia celebrar a sua missa cotidiana. Dom Joaquim, porém, declinou do fidalgo oferecimento.

O bravo chefe político, além do banquete oficial que lhe ofereceu, mandava buscá-lo e a sua comitiva, diàriamente, pelo seu irmão Ângelo, para tomarem parte no jantar íntimo da família. Ali é que verificámos a intimidade que existia entre ambos, pois o mais moço chamava — tio a Dom Joaquim, e este, Juca ao mais moço. Eram parentes

e se estimavam bastante. Pena é que só mui tardiamente se veio saber dessa particularidade da vida de Dom Joaquim: essa circunstância, talvez, tivesse influído benèficamente nos destinos políticos do Ceará.

Afastada a causa que o deteve no Rio, Dom Joaquim, com os sacerdotes que o assistiam, embarcou a bordo de um navio inglês para o porto de Santos, deixando de acompanhá-lo o padre Luís Rocha, que já havia partido para a Europa, servindo de secretário a Mons. Octaviano Pereira de Albuquerque, bispo eleito da diocese de Piauí que, em Roma, iria receber a sua sagração episcopal.

Pelo júbilo que despertou a presença de Dom Joaquim em Santos e São Paulo, já se podia adivinhar o que seria em Campinas a sua chegada.

Acompanhado de nova comissão de campinenses, em carro especial atrelado ao horário, S. Excia. toma o trem que o conduz à Estação da Luz, onde o aguardavam o Sr. Arcebispo, D. Duarte Leopoldo, representantes do Governo e das autoridades, muitos sacerdotes, alguns seus conhecidos, e diversas pessoas amigas, destacando-se, dentre eles, a figura veneranda do cearense Dr. Primitivo Rodrigues de Castro Sette, Ministro do Superior Tribunal de Justiça de São Paulo.

Prosseguindo viagem no mesmo comboio, chegámos ao termo da nossa peregrinação às primeiras horas da noite. Não se pode descrever o que foi a chgada de Dom Joaquim àquela opulenta cidade: mais pareceu a de um triunfador, transportado nos braços de uma multidão fremente de entusiasmo, que a de um velho bandeirante, fatigado da longa caminhada, afanosa e fecunda, que voltava ao seio da terra de onde saíra, para repousar e dormir o sono derradeiro, à sombra daquela árvore que havia plantado quando dali partira.

O povo accionava o carro, que se movia lentamente, enquanto, em derredor, ouviam-se as aclamações e os vivas ao Padre Vieira, reboando pelo espaço. Ao contrário de sua saída de Fortaleza, em que não pôde conter as lágrimas, Dom Joaquim assistia àquilo tudo sereno, imperturbável,

sem deixar transparecer, na face lívida, o mais pequenino sinal de emoção. Parecia que sonhava.

Sempre acompanhado do Bispo diocesano, D. João Néri, das autoridades locais, do clero de toda a cidade, de velhos amigos e de muitos conhecidos, alguns por tradição, Dom Joaquim recolheu-se à residência que lhe estava destinada.

Efectivamente. Anexa à Santa Casa de Misericórdia, prepararam-lhe linda mansão, provida de todo o conforto às condições de sua idade. A casa estava localizada num ângulo do parque, fronteira àquela instituição de caridade, em cujo pátio central já se erguia um busto talhado em mármore. Sob o pedestal desse monumento, guardam-se hoje seus restos mortais que, por significativa deliberação do povo, foram sepultados ao pé daquela mesma árvore, perenemente verde e frondosa, que ora extrai daquelas cinzas sagradas a seiva divina da sua perpétua vitalidade.

A distrbuição dos móveis, objectos de uso doméstico e de alguns adornos era perfeita. Via-se apenas, a uma das paredes laterais da salinha de visitas, uma pauta em que estavam designados o dia e a hora em que um ou mais amigos deviam dar o óleo e atiçar aquela lampada votiva acesa no santuário da amizade, prestes a extinguir-se. Entre as pessoas designadas não faltava o nome de D. Néri, muitas vezes, escalado, para aquele mistér afectivo.

Dom Joaquim pediu que se suspendessem as festividades em sua honra e, também, se diminuissem as visitas, por estar de corpo e espírito traumatizados. Aceitou, porém, a festinha que lhe dedicaram as orfãzinhas da Santa Casa, a qual comoveu tanto o padre Misael, que, num pranto incoercível, quase se desfez em lágrimas.

A Prefeitura de Campinas promoveu um jantar em homenágem aos enviados do Ceará, para lhe dar porotunidade de se empenharem da missão que os levou àquela cidade, tal fosse a de fazer entrega do tesouro que a terra da luz restituía à da liberdade.

Coube ao representante do Governo do Ceará, por deferência do companheiro, dizer algumas palavras alusivas àquela cerimónia, as quais não vão transcritas, porque o

padre Misael, que se incumbiu de agradecer a homenagem, falou de improviso, com aquela formosura oratória que todos lhe conhecemos.

Dom Joaquim não compareceu àquele jantar, que mereceu, entretanto, a presença de D. Néri, a quem foi entregue a preciosa relíquia, de que éramos depositários e portadores.

No seu doce exílio, Dom Joaquim não esquecia, um só momento, o Ceará: manteve até morrer assídua correspondência com diversos sacerdotes e com os amigos que aqui deixara. Interessava-se por tudo que se referisse à terra, que era sua, pela graça do ministério episcopal. Muitos dos cearenses que iam ao Rio faziam uma espécie de romaria a Campinas para visitá-lo e suavizar-lhe as saudades.

Voltei a vê-lo, quando acompanhei D. Manuel, na visita especial que lhe fez, no ano seguinte ao da sua retirada do Ceará.

Dom Joaquim, ao contacto dos cearenses que o procuravam parece que rejuvenescia, tal era a intensidade de sua alegria: tomava um carro e saía a percorrer, com as suas visitas, os pontos mais pitorescos da cidade, levava-os a visitar os colégios, as instituições pias e as civis e, ao chegar à casa dos conhecidos, não descia do veículo: ficava a chamar as pessoas da família a virem conhecer os seus amigos do Ceará. Nessa página das romarias há episódios verdadeiramente dignos de registo. Por exemplo: a saudosa viúva do inolvidável desembargador Paulino Nogueira, também foi cumprir o pio dever de sua visita ao velho Pastor e amigo, acompanhada de sua gentil filha Maria José. Depois de um dia passado entre lágrimas e recordações, D. Clotilte se prepara para voltar a São Paulo, quando Dom Joaquim lhes diz: "Não tenho pó de arroz para lhes oferecer; aqui está o polvilho que ponho no rosto depois de feita a barba. Podem usá-lo. E' limpinho".

Esse gesto não só confirma a fama de delicadeza que era um dos traços do seu caracter, como revela uma simplicidade angélica — clâmide com que se vestem as almas puras.

Há em Campinas uma particularidade que fere a atenção de todo o ádvena que ali paira: diàriamente, ao cair da tarde, todas as andorinhas existentes na cidade e nos seus arredores vêm dormir no mesmo local, sem faltar uma sequer, como se fossem obrigadas a responder a uma chamada.

Não sei qual o início dessa originalidade; o certo é que a Prefeitura lhes preparou o rancho, erguendo um galpão ria e telas de arame, até certa altura, de maneira a torná-lo muito elevado, cercado pelos lados de paredes de alvenainacessível aos gatos.

Por dentro, há pousos suficientes, colocados em diversos sentidos, onde elas passam as noites.

Há empregados para o asseio diário do albergue. Ás 18 horas, as andorinhas arribam ao local comum, unidas em bandos, compactos e infrangíveis, formando uma espécie de manto escuro, que enegrece o espaço que atravessam, voando. Para Dom Joaquim era uma prazer deter seus hóspedes para fazê-los conhecer e apreciar aquele espectáculo, que se pode chamar — fenomenal, pelo seu indiscutível ineditismo.

Dom Joaquim ainda viveu três anos em Campinas.

Poderia dar por terminado este esboço biográfico do grande brasileiro: escrito mais com o coração que com a inteligência. Faz-se mistér, porém, voltar à época em que Dom Joaquim, deixando as funções paroquiais, deu asas à sua caridade, promovendo a fundação de um hospital para enfermos pobres e de um asilo para meninas desamparadas. Se o projecto tinha raízes no coração, não lhe faltou o auxílio do povo campineiro, real e valioso. Dom Joaquim viu, afinal, coroados os seus esforços, com a inauguração da Santa Casa, aos 15 de Agosto de 1876, dia em que a Igreja celebra a festa da Assunção de Nossa Senhora ao Céu, data significativa para os que têm a fronte voltada para as alturas, onde brilham as estrelas, olhos divinos, vigiando os homens. A parte da Santa Casa, reservada às órfãs, Dom Joaquim teve a ventura de benzer, 14 anos depois, já então bispo do Ceará, em 1890, quando para ali se trans-

portou, afim-de presidir àquela cerimonia e receber as homenagens que, mal adivinhava, lhe estavam reservadas.

Foi naquela oportunidade que a Câmara Municipal de Campinas deu a uma das ruas das cidade o nome de "Padre Vieira", não a de Dom Joaquim, bispo do Ceará, mas o de Padre Vieira, o antigo vigarinho de Campinas.

Ainda mais: concretizou-se, num busto, erguido em praça pública, a gratidão do povo campineiro. No pedestal inscreve-se a seguinte legenda: — Em homenagem ao Exmo. e Revmo. Sr. Dom Joaquim José Vieira, Bispo do Ceará, Fundador do Hospital e do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, oferece — o Povo agradecido.

Este foi o sacerdote, alheio à ostentação, que jamais exibiu no peito a vénera de Comendador; modesto, procurava ocultar os seus actos de benemerência, seu prestígio social e os seus méritos aos olhos dos homens; condoído dos males alheios, era o pai dos pobres; zeloso da dignidade do seu ministério sagrado, foi sacerdote modelo.

Depois, bispo, soube governar com sabedoria para a glória de Deus e com utilidade para o proveito do próximo: *omnis Gloria Deo, omnis utilitas proximo.* Fiel discípulo de Nosso Senhor, praticava antes o que devia ensinar em seguida: *incipit facere et docere.*

"Pelo nascimento, disse o famoso jesuíta, Padre Vieira, somo filhos dos nossos pais, na ressurreição somos filhos das nossas obras".

Pela boas obras que praticou, pelos exemplos edificantes que deu como simples padre, pela Verdade que pregou e defendeu, como bispo, sucessor dos apostólos, é para se acreditar na sua antecipada ressurreição gloriosa: Dom Joaquim olha do céu e vê como cresce e se desenvolve, em árvores e frutos, a sementeira do Bem que espalhou sobre a terra: *Respice de coelo et vide.*

O perfil de Dom Joaquim não desapareceu da lembrança das gerações cearenses que se sucedem. E cousa admirável: falam em seu nome, na sua bondade, nas suas virtudes,

com a mesma admiração e estima dos seus antepassados, pessoas que ainda não eram nascidas quando ele daqui se foi.

E' para confirmar a sentença bíblica, de que "a memória do justo não se apagará e seu nome se repetirá de geração em geração": *Non recedet memoria ejus et nomen ejus requiretur a generatione in generationem.* (Ecl. 39-13).